



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 5 DE FEVEREIRO DE 2025

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da retoma de mandato de um Deputado da IL.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo às suspensões de mandato de um Deputado do PSD e de um Deputado da IL, e respetivas substituições, bem como à assunção do mandato de uma Deputada do BE.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do [artigo 224.º-A](#) do Regimento, procedeu-se a um debate com o Primeiro-

Ministro (Luís Montenegro), que respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [André Ventura](#) (CH), [Hugo Soares](#) (PSD), [Pedro Nuno Santos](#) (PS), [Rui Rocha](#) (IL), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 27 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Muito boa tarde.

Peço às autoridades que abram as galerias, para que seja possível ao público assistir à nossa sessão.

Eram 15 horas e 1 minuto.

Pausa.

Já temos quórum, portanto, vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de ler o que tem para ler.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, informo a Câmara sobre a retoma do mandato do Sr. Deputado Carlos Manuel Guimarães Oliveira Pinto (círculo eleitoral do Porto), com efeitos a partir do dia 6 de fevereiro, deixando de assumir o mandato, em sua substituição, Albino Bruno da Silva Ramos (círculo eleitoral do Porto). Informa-se igualmente que não será efetuado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados sobre esta retoma.

Temos agora para votar um parecer, também da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, de que passo a dar conta:

«1. A suspensão do mandato requerida pelo Deputado Hernâni Dinis Venâncio Dias (círculo eleitoral de Bragança), por um período nunca inferior a 30 dias nem superior a 180 dias, com efeitos a partir de 30 de janeiro de 2025, inclusive, e até, no máximo, ao dia 28 de julho de 2025, inclusive, cumpre os requisitos legais, sendo substituído por Clara da Conceição de Sousa Alves (círculo eleitoral de Bragança), a partir do dia 30 de janeiro de 2025, inclusive.

2. A suspensão do mandato requerida pelo Deputado Bernardo Alves Martinho Amaral Blanco (círculo eleitoral de Lisboa), por um período de 30 dias, com efeitos a partir do dia 3 de fevereiro de 2025, inclusive, e até ao dia 4 de março de 2025, inclusive, cumpre os requisitos legais, sendo substituído por André Filipe Gonçalves Pereira Abrantes Amaral (círculo eleitoral de Lisboa), a partir do dia 3 de fevereiro de 2025, inclusive, e até ao dia 4 de março de 2025, inclusive.

3. A assunção do mandato por Isabel Cristina Rua Pires (círculo eleitoral do Porto) cumpre os requisitos legais e produz efeitos a partir do dia 3 de fevereiro de 2025, inclusive, passando a ocupar, a título definitivo e na qualidade de Deputada efetiva, o lugar deixado vago em virtude da renúncia ao mandato pelo Deputado José Borges de Araújo de Moura Soeiro (círculo eleitoral do Porto).»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, coloco então o parecer à votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do L e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Não temos mais expediente.

Cumprimento o Sr. Primeiro-Ministro e os restantes membros do Governo pela presença, hoje, no Plenário.

Pedia aos Srs. Deputados que se encontram em pé o favor de se sentarem, e a quem está com algum debate em particular, ou em privado, que também o termine, para que possamos ter condições para dar início os nossos trabalhos.

Pausa.

Vamos, então, entrar no ponto único da ordem do dia, que é o debate com o Primeiro-Ministro, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 224.º-A do Regimento.

Dou a palavra ao Sr. Deputado André Ventura, para o primeiro conjunto de perguntas que entenda fazer, sendo que dispõe de 9 minutos e 30 segundos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, cumprimento-o, a si e aos membros do seu Governo.

Sr. Primeiro-Ministro, a minha primeira pergunta não tem que ver com o cargo de Primeiro-Ministro, tem que ver com o cargo de líder do Partido Social Democrata e com o cargo de líder do partido mais representado aqui, no Parlamento.

Nós temos tido, nos últimos anos, um conjunto de processos, em Portugal, que têm levado a que políticos de todos os partidos, que estão, muitas vezes, em funções políticas, de Deputados, de autarcas e outros, se encontrem em situações ou de corrupção ou de crimes graves e evidentes — e por isso eu reforço o «todos».

E eu gostava de lhe perguntar, como Presidente do PSD, se está ou não disponível para uma proposta para que possamos, aqui, no Parlamento, nas câmaras municipais, nas autarquias e em todas as instituições do Estado onde houver crime — crime que toque o dinheiro das pessoas...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... e que toque a transparência das pessoas —, conjuntamente, acabar com aqueles que decidem manter-se, contra o voto que receberam,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... contra a integridade que lhes foi pedida, em nome da democracia. Queria-lhe perguntar se está disposto a alinhar com o Chega nessa matéria.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Luís Montenegro): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, eu podia eximir-me a dar-lhe esta resposta, na medida em que me encontro aqui investido na função de Primeiro-Ministro.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Isso eu ressalvei!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas não vou fugir ao tema, porque é verdade que também sou líder de um partido, aquele que tem maior representatividade neste Parlamento, e cabe-me a mim...

Protestos de Deputados do PS.

Eu sei que o Partido Socialista também tem 78 Deputados, não venceu foi as eleições. Há uma pequena diferença!...

Risos do PSD e do PS.

Mas, se os Srs. Deputados fizerem questão de que eu faça essa referência, tenho todo o espírito democrático para o fazer, Srs. Deputados.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Dito isto, Sr. Deputado André Ventura, eu creio que compete a todos os agentes políticos terem disponibilidade para a valorização da função política,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — De acordo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... para a nobreza que deve estar subjacente ao exercício de funções públicas, e, obviamente, para podermos ter o reforço de regras de transparência que deem, precisamente, cobertura a este princípio.

Há uma coisa que nós não devemos fazer: não devemos ser nós próprios a dar à nossa atividade o estigma que possa fazer recair sobre ela qualquer tentativa de juízos precipitados que ponham em causa os direitos fundamentais também daqueles que exercem funções públicas.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ai é?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado não esquece, seguramente, que, por exemplo, no caso dos Deputados, há normas no Estatuto dos Deputados e na Constituição da República que vão muito para além daquilo que o Sr. Deputado aqui disse.

O Sr. Deputado disse que era preciso tirar as pessoas que cometem crimes do exercício de funções. Ora, em muitas circunstâncias, nenhum de nós tem a certeza sobre se as pessoas cometeram ou não crimes. Quem vai dar resposta a isso são as autoridades judiciárias.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ainda assim, aquilo que está definido no Estatuto dos Deputados e na Constituição é que, em determinadas circunstâncias, quais sejam uma acusação definitiva sobre um titular de um mandato parlamentar por crime superior — creio que a minha memória não me vai atraiçoar — a três anos de pena, possam obrigatoriamente suspender o seu mandato. Portanto, do ponto de vista das regras jurídicas, as regras existem.

Há uma outra dimensão, que é a dimensão política. É verdade que quem tem uma imputação sobre crime grave, no caso da corrupção, acima de tudo, que advém do exercício de responsabilidades e funções políticas, deve medir politicamente até onde é que a sua legitimidade política — não é jurídica — para o exercício da função possa, e pode, estar ou não afetada.

Isso acontece para todos os crimes, e nenhum de nós está isento de ser alvo de uma denúncia e de uma investigação. Já nos aconteceu a todos. Já aconteceu ao Sr. Deputado André Ventura também.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Foi condenado!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Devemos fazê-lo, portanto, com critérios de responsabilidade, não diminuindo o exercício das funções, mas também não diminuindo a legitimidade política para representar o povo português.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, agradeço-lhe a resposta.

São situações diferentes, Sr. Primeiro-Ministro. Nós não podemos ter pessoas que estão já com uma imputação gravíssima em cima, de terem contornado as regras para o exercício de funções, no exercício de funções públicas, que é o que estamos a desempenhar aqui,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... e no uso de dinheiros públicos.

Eu queria-lhe falar, por isso, do caso de Hernâni Dias, o seu Secretário de Estado. O Sr. Primeiro-Ministro exigiu para os outros um critério que não aplicou a si próprio e ao seu Governo.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Pedro Duarte): — Não é verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E, por isso, Hernâni Dias acabou por se demitir ele próprio, e não por demissão do Primeiro-Ministro.

Ora, Sr. Primeiro-Ministro, Hernâni Dias estava, como sabia o Sr. Primeiro-Ministro, formalmente suspeito em casos, nomeadamente, da Procuradoria Europeia.

Protestos de Deputados do PSD.

Mas, acima de tudo, constituiu duas imobiliárias quando estava no exercício das funções, e hoje veio dizer que pediu à transparência o aval e que a transparência lhe deu esse aval, o que é falso, e já vimos que é falso.

Sr. Primeiro-Ministro, das duas uma: ou o Sr. Primeiro-Ministro sabia disto e ocultou-o — no que eu não quero acreditar — ou o Sr. Primeiro-Ministro não sabia e não foi informado de que um secretário de Estado em funções está a ser alvo de uma investigação desta gravidade, mas, sobretudo, de que tem negócios na área em que o Governo está a legislar, que é a área imobiliária e a área da lei dos solos.

Portanto, eu queria-lhe perguntar aqui, de forma muito clara, porque é que, mal soube destas notícias, não ligou a Hernâni Dias e lhe disse assim: «Meu caro Hernâni, tens de sair.» Porque é que não fez isto? Porque é que esperou um dia, e outro, e outro, e outro, e outro, e outro,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não se chama André Ventura!

Protestos do Deputado do PSD Cristóvão Norte.

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... até ser ele a sair e vir ao Parlamento hoje, ou ontem, dizer assim: «Não, não, está tudo *ok*, eu até pedi o *ok* ao Parlamento»? E isso é falso.

Ó Sr. Primeiro-Ministro, eu queria-lhe perguntar aqui, olhos nos olhos: porque é que não demitiu Hernâni Dias? Essa é a questão que eu lhe gostava de colocar aqui.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, porque é que não o demiti? É muito simples: porque não foi preciso. Ele tomou a iniciativa, e acho que fez bem.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Risos do CH.

Sr. Deputado André Ventura, o Sr. Deputado confunde, propositadamente, muitas coisas ao mesmo tempo, para tentar passar uma mensagem.

Vozes do PSD: — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Primeira coisa, Sr. Deputado: o Sr. Deputado diz que eu usei um critério diferente, mas vai ter de comprovar porquê. Quando e onde é que eu usei, sobre mim próprio, um critério diferente daquele que exige a outros? Diga onde, não basta alegar genericamente. Diga onde.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Vá buscar as palavras, uma por uma,...

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... vá buscar as ações, uma por uma, e depois cá estaremos para poder aferir, com fundamento, aquilo que o Sr. Deputado quer dizer.

Depois, Sr. Deputado, quanto ao secretário de Estado que cessou funções, Hernâni Dias, convém dizer aquilo que é a verdade.

O Sr. Dr. Hernâni Dias não é, neste momento, arguido em processo nenhum, que se saiba.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Claro!

Protestos da Deputada do CH Marta Martins da Silva.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, não ignore isso.

É verdade que houve uma confirmação de que, na sequência de uma denúncia, tinha sido aberto um processo,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, mas não é isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... que, entretanto, foi remetido para a Procuradoria Europeia, exatamente num contexto que pode acontecer a qualquer um de nós, incluindo ao Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não é isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, não confunda, não fixe uma condenação sobre atos e sobre ações que não foram ainda sequer ajuizados, já não é por um tribunal, é por um organismo de investigação criminal.

E, Sr. Deputado, dizer que o Sr. Dr. Hernâni Dias tem negócios que contendem com a lei dos solos é desonesto da sua parte.

Vozes do CH: — Não é, não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É desonesto da sua parte. É desonesto da sua parte, Sr. Deputado!

Aplausos do PSD.

Protestos do CH.

É desonesto! É desonesto, e o Sr. Deputado usa propositadamente, intencionalmente, esse argumento para querer ter um ganho político.

Ó Sr. Deputado, valorize-se a si próprio,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Mais?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... valorize a cadeira onde está sentado,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... valorize a política, sendo sério e sendo honesto a avaliar o comportamento dos outros.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, ser sério é dizer a quem comete crimes: «A porta da rua é a serventia da casa.» Isso é que é ser sério! Isso é que é ser sério. Isso é que é ser sério.

Aplausos do CH.

Protestos do PSD e do Deputado do L Rui Tavares.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Também foi condenado!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Sr. Primeiro-Ministro e o seu partido disseram a um Deputado desta Casa que tinha de sair, que este era o momento, que não se exigia mais, mas agora não querem ter o mesmo critério sobre o PSD.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Vai aí mais de 20 % da bancada!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E, desculpe, Sr. Primeiro-Ministro, não é só sobre o PSD, o partido. É que os negócios do Dr. Hernâni, como lhe chamou, eram gestão de solos e gestão florestal. Ora, eu não sei como é que gestão de solos, gestão de áreas agrícolas não é incompatível com um Governo a legislar a lei dos solos. É absolutamente incompatível! É absolutamente incompatível. Absolutamente incompatível.

Aplausos do CH.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, eu não compreendo quando o Sr. Primeiro-Ministro diz: «Bom, eu não tive de o demitir, porque ele saiu.»

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Está com ar desesperado!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas quantos dias, Sr. Primeiro-Ministro? Quantos dias decorreram até tomar uma decisão? Quantos dias decorreram até poder voltar atrás?

Protestos do PSD.

É que começa a ser muitas vezes, Sr. Primeiro-Ministro, que, no seu Governo, a sua estratégia, a melhor de todas, é ficar em silêncio. E isso, Sr. Primeiro-Ministro, é tudo menos ser sério.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, se quiser usar da palavra, faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Sr. Deputado André Ventura não acrescenta nada,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ah, não?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... a não ser confusão.

Protestos de Deputados do CH.

Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe uma coisa: o Sr. Deputado não pode, à luz do caso que quer tratar, afirmar que quem comete crimes tem a porta da rua aberta, Sr. Deputado, porque não está minimamente comprovada sequer a suspeita do cometimento do crime, Sr. Deputado, pelas autoridades de investigação. Ó Sr. Deputado, tem de ser sério!

Protestos de Deputados do CH.

Repare, se eu fosse como o Sr. Deputado, responder-lhe-ia assim: «Olhe, por essa ordem de razão, a porta estava aberta para si, que já foi acusado e até condenado.»

Aplausos do PSD, do CDS-PP e do Deputado do L Rui Tavares.

Risos do PSD, do BE, do PCP e do L.

Protestos do CH.

É, Sr. Deputado! Mas eu não sou como o Sr. Deputado. Eu não sou como o Sr. Deputado. Eu sei valorar as coisas. Eu sei distinguir as situações.

Protestos do CH.

Eu sei olhar para um caso concreto e extrair as conclusões.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Por isso é que eu não faço as afirmações gratuitas que o Sr. Deputado faz.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E deixe-me dizer-lhe uma coisa: sobre a criação de duas empresas, ou a participação em duas empresas que foram criadas, é verdade, Sr. Deputado, foi uma imprudência do Sr. Secretário de Estado. Claro que foi!

Vozes do CH: — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E foi por isso que ele assumiu a dimensão política dessa ação. Agora, Sr. Deputado, não fale em incompatibilidades, não fale em negócios. Sabe porquê? Porque a atividade dessas empresas foi zero.

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Ainda! Isso é passar um atestado de estupidez às pessoas!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não há nada que possa ser imputado no âmbito dessa atividade, Sr. Deputado.

Protestos do CH.

O Sr. Deputado tem de ser sério, tem de ser sério para ser respeitado, tem de ser sério para poder aqui representar condignamente a vontade popular daqueles que acreditaram em si.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Sr. Primeiro-Ministro é que tem de ser sério!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Aqueles que acreditaram em si não querem esse tipo de conversa de café, Sr. Deputado.

Vozes do PSD — Muito bem!

Protestos do CH.

O Sr. **Primeiro-Ministro** — Aqueles que acreditaram em si querem que o senhor os represente, e que represente as suas legítimas preocupações, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, eu queria fazer uma interpelação à Mesa, por favor.

O Sr. **Presidente**: — Uma interpelação à Mesa.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, eu gostava que questionasse o Sr. Primeiro-Ministro, porque comigo não há brincadeiras de meias palavras, Sr. Primeiro-Ministro.

Vozes do PSD — Ah!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Comigo não há brincadeiras de meias palavras.

Risos do PSD.

Eu quero que o Sr. Primeiro-Ministro demonstre a esta Casa qual foi o crime por que eu fui acusado e condenado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Isso não é uma interpelação à Mesa!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quero que o Sr. Primeiro-Ministro apresente ao Parlamento qual foi a única vez...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH) — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... em que eu fui condenado num tribunal criminal em Portugal — qual foi a única, a única vez!

Aplausos do CH.

Protestos do PSD.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Vais para a Jamaica!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, eu compreendo, mas isso não é propriamente uma interpelação à Mesa. Portanto, vou considerar isso integrado numa pergunta que o Sr. Deputado faz, ou então, se quiser, pode ter outra figura, a de defesa da honra, em relação a essa matéria, que, em princípio, seria no final do debate, mas, atendendo a que estamos num debate com estas características, será considerado que já fez.

Portanto, eu ia dar a palavra...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vou considerar como tendo pedido a palavra para defesa da honra, não é? Já o fez.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Deixe-me só dizer então, Sr. Presidente, que gostava que o Sr. Primeiro-Ministro, depois de ter dito a esta Casa que eu fui criminalmente condenado, dissesse onde é que isso aconteceu, quando é que aconteceu e a quanto tempo fui condenado. Já agora, convinha que os portugueses pudessem saber, porque posso estar aqui fugido à lei!...

Risos do CH.

Convinha que o Sr. Primeiro-Ministro dissesse isso.

Protestos de Deputados do PSD.

E, Sr. Primeiro-Ministro, sabe que há uma grande diferença entre nós:...

Protestos do Deputado do PSD Carlos Silva Santiago.

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — É melhor não fales muito!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... é que eu, quando há qualquer coisa, dou a cara e enfrento os problemas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não me escondo atrás de governos nem atrás de mais nada.

Por isso, eu desafio-o aqui, em nome da sua palavra, a dizer qual foi o dia em que eu fui condenado criminalmente no nosso País, em Portugal.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para estarmos todos dentro das regras, agora vou dar a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro para, se quiser, prestar os respetivos esclarecimentos, também com o mesmo tempo de 2 minutos, que não entra para o tempo do debate, e não há mais interação, porque foi pedida a defesa da honra, será dado o esclarecimento, e assim se fecha este período.

Faça favor, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, como tive ocasião de lhe dizer, eu não uso os seus critérios,...

Vozes do CH: — Oh!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... eu sei medir as diferenças.

O Sr. Deputado conhece os processos em que interveio muito melhor do que eu. Está-me a pedir informação de que é detentor? Ó Sr. Deputado, não vale a pena estar a afirmar...

Protestos do CH.

Ó Sr. Deputado, não vale a pena...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, diga lá! Diga lá!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não vale a pena...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Diga lá, senão é mentiroso! Mentiroso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Quer deixar-me responder ou não?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Já está esclarecido?

Não vale a pena invocar, de forma, mais uma vez, gratuita, a sua postura em comparação com a minha, Sr. Deputado.

Vozes do CH: — Oh!

Risos do CH.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não, não vale a pena. Não vale a pena. Não vale a pena, até porque joga em seu desfavor, Sr. Deputado, joga em seu desfavor. Não seja masoquista, Sr. Deputado. Eu não me escondo de nada, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Qual é o processo?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É verdade, eu não ando ao sabor daquilo que o Sr. Deputado pretende. Isso não ando, Sr. Deputado. Disso pode ter a certeza absoluta.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Qual é o processo?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E não faço política segundo os mesmos princípios que o Sr. Deputado. Ainda bem, somos diferentes. Os portugueses ajuízam, no final, quem é que tem mais qualificação para exercer as funções para as quais se candidata, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Qual é o processo?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Quanto à sua responsabilização, ela é conhecida, Sr. Deputado...

Vozes do CH: — Qual é?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É conhecida...

Protestos do CH.

É conhecida, e até lhe vou dizer mais: foi no exercício de funções políticas, quando o senhor se dirigiu a determinados cidadãos e foi condenado pelo tribunal na componente civil, é verdade...

Vozes do CH: — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É verdade, Sr. Deputado!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Foi condenado ou não?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas, ó Sr. Deputado, eu não sei qual é a sua...

Protestos do CH.

O Sr. Deputado está satisfeito...

O Sr. **Ministro da Presidência** (António Leitão Amaro): — É um condenado satisfeito!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ó Sr. Deputado, para ver se nos entendemos: o Sr. Deputado fica satisfeito por ter sido condenado, mas, afinal, foi só civilmente, não foi criminalmente?!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Ora bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Os bandidos são arguidos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, é aqui que se estabelece uma diferença incomensurável entre nós os dois, Sr. Deputado: eu...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, terminou o tempo, já não se ouve.

O Sr. Deputado André Ventura tem mais tempo para continuar a questionar.
Faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, eu quis fazer esta interpelação para mostrar ao País que o Sr. Primeiro-Ministro mentiu — mentiu! —, aqui, na Câmara, em Portugal. Mentiu! Mentiu.

Aplausos do CH.

Risos e protestos do PSD.

E, sim, Sr. Primeiro-Ministro, sim, Sr. Primeiro-Ministro, eu disse que o Sr. Presidente da República devia ter ido à polícia em vez de ir aos bandidos. Sabem que mais? Eu repito-o aqui, agora, no Parlamento, porque devia ser mesmo assim. Devia ser mesmo assim: ao lado da polícia e não dos bandidos.

Aplausos do CH.

Sabe, Sr. Primeiro-Ministro, essa é a nossa diferença. Não encontrou um — um! — caso criminal em que eu tenha sido condenado. Fui condenado por dizer a verdade ao País, por dizer a verdade a Portugal! Por dizer a verdade a Portugal.

Aplausos do CH.

Risos e protestos do PSD e do Ministro da Presidência.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Vocês sabem lá o que é a Jamaica!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Para mim, o lugar do ladrão é na prisão, e é mesmo assim que deve continuar a ser.

Sr. Primeiro-Ministro, não gostava de terminar esta intervenção sem lhe falar de saúde. Sr. Primeiro-Ministro, uma das áreas em que o seu Governo disse que ia fazer uma grande reforma foi precisamente a área da saúde. E eu tive a oportunidade de ver que, na página do Governo, na área das cirurgias oncológicas — que lhe vou mostrar aqui, ela é fácil de ver —,...

O orador exibiu o documento que mencionou.

... a regularização das listas de espera aparece como concluída; diz «regularização de listas de espera para oncologia: concluída».

Sr. Primeiro-Ministro, isto é falso, simplesmente. Não há outra forma de eu lhe dizer que as crianças estão a ter mais tempo de atraso nos seus tratamentos, não há forma de eu lhe dizer que os tempos de espera estão a aumentar — estão a aumentar! — na cirurgia para crianças com cancro.

Portanto, desculpe lá dizer-lhe isto, ó Sr. Primeiro-Ministro, é que já não basta mentir sobre processos, ainda mente sobre política,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — Claro!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... eu tenho de começar a concluir, desculpe lá, com todo o respeito, enfim, que o Sr. Primeiro-Ministro é um mentiroso nesta Casa. E eu tenho de dizer isto assim. Desculpe lá dizer-lhe isto assim.

Aplausos do CH.

Não há outra forma de dizer isto, porque temos os tempos de espera a aumentar, o Sr. Diretor das urgências do Amadora-Sintra demitiu-se ontem, ou anteontem, continuam as demissões nos serviços de saúde, uma atrás da outra, e o Sr. Primeiro-Ministro diz que está tudo bem.

Ó Sr. Primeiro-Ministro, quando é que vai começar, a sério, uma reestruturação, uma regularização, que permita a quem está em casa dizer: «Eu não ando a pagar só para as gémeas luso-brasileiras,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... ou para os imigrantes, ou para os criminosos que estão na prisão, eu também pago para ter saúde»? Era isso que nós queríamos em Portugal.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Sr. Deputado André Ventura não tem mesmo cura,...

Risos do PSD.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não tem cura?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... portanto, temos de lidar consigo assim. Essa invocação de atirar essa atoarda de que o Primeiro-Ministro mente, é mentiroso,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Viu-se aqui!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... de facto, é uma forma de estar, Sr. Deputado, que não indicia seriedade, honestidade, bom senso, moderação, espírito de respeito pelas instituições, pelas pessoas, que é aquilo que deve marcar a ação política.

Aplausos do PSD.

Por isso, Sr. Deputado, o senhor é altamente contraditório com os princípios que invoca e exige aos outros.

Sobre as doenças oncológicas e os prazos para as respetivas cirurgias, deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado: nós conseguimos eliminar as listas de espera para cirurgia dos doentes oncológicos com dois aspetos que eu tenho aqui de realçar.

Em primeiro lugar, a grande maioria dos casos não significou que as cirurgias fossem realizadas dentro desse tempo máximo de espera,...

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — Ah! Está melhor...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... mas foram, pelo menos, calendarizadas dentro desse espaço.

Depois, há alguns — no caso concreto, neste momento, são cerca de 300 — que são casos clínicos que estão a ser acompanhados e que não reúnem ainda condições para a realização da cirurgia, portanto, dentro daquele prazo. E é dentro desses casos que há seis crianças que se encontram exatamente nessa circunstância, uma das quais ultrapassou o tempo máximo, mas que não está em condições clínicas de ter a sua cirurgia.

Protestos da Deputada do CH Felicidade Vital.

Se o Sr. Deputado se quiser aproveitar politicamente dessa circunstância, é o seu caminho, não é o meu.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado André Ventura tem ainda tempo para uma última pergunta. Faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não está a correr nada bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não vos está a correr nada bem, não!

Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Primeiro-Ministro consegue ser o político mais baixo dos últimos anos desta Casa, do Parlamento. O mais baixo. Consegue ser o mais baixo. Consegue ser o mais baixo.

Aplausos do CH.

Mas eu não estou a usar isto por questões políticas, eu estou-lhe a pedir uma resposta às mentiras do seu Governo sobre a regularização de listas no serviço de saúde. Se o Sr. Primeiro-Ministro acha que isto é um ataque pessoal por não ter resolvido os problemas da saúde que se tinha proposto resolver, é um problema talvez seu.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E, sim, Sr. Primeiro-Ministro, talvez seja verdade que eu não tenho cura. Eu não tenho cura de querer um País livre de corrupção. Disso eu não tenho cura! Eu não tenho cura de querer um País livre de corrupção, não tenho cura. Não tenho cura!

Aplausos do CH.

Não tenho cura de exigir responsabilidade!

Portanto, qual é a seriedade a que o Sr. Primeiro-Ministro se refere quando diz «o senhor não é sério»? É à seriedade do antigo Diretor do Serviço Nacional de Saúde?

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Ah, se calhar!...

O Sr. **André Ventura** (CH): — É essa a seriedade a que se refere? É à seriedade de Hernâni Dias? Não, Sr. Primeiro-Ministro, essa não é a seriedade da política. Essa é a seriedade que, durante 50 anos, aumentou o roubo enorme neste País,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... que tem levado a classe política ao ponto em que está.

Aplausos do CH.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, se não levar novamente como um ataque pessoal, eu gostava de lhe falar de imigração.

O seu ministro — não sei também se será ministro durante muito mais tempo — disse que há muito mais imigrantes do que aqueles de que o País sabe, e que o número vai ser muito maior. Nós temos 1 milhão e 300 mil, ou 1 milhão e 400 mil, imigrantes.

Eu gostava que dissesse aqui, ao Parlamento, então, quantos são. Nós já sabíamos que eram mais, isso já nós andávamos a dizer há muito tempo,...

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Claro!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... e os senhores diziam: «Não, não, estão aqui os dados, olhem para os dados!» Mas bastava ir por este País, terra a terra, casa a casa, e via-se a bandalheira de imigrantes que é por todo o lado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E vocês diziam: «Não, é falso! Olhem para os dados.» Apoiados na muleta habitual do Partido Socialista, diziam: «Olhem para os dados.» Mas do Partido Socialista eu compreendo, eles sempre quiseram um País de bandalheira, isto é o normal, é o novo normal deles.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Agora, Sr. Primeiro-Ministro, eu gostava que nos dissesse, afinal, então: quantos novos imigrantes entraram em Portugal; quantos novos imigrantes estão em Portugal; quantos estão a receber subsídios da nossa Segurança Social; quantos estão a fazer pressão sobre o nosso sistema de saúde; quantos estão a impedir que as pessoas tenham casa; e, por fim — o pior de tudo —, quantos são sem-abrigo neste País.

Era a isto que eu gostava que respondesse, é a isto que o País lhe exige que responda. Se levar tudo como um ataque pessoal, então, Sr. Primeiro-Ministro, está na hora de ir embora.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Hugo Soares, do Partido Social Democrata, para um conjunto de perguntas.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, nós já sabíamos que o Sr. Deputado André Ventura era o maior contribuinte líquido para o desprestígio das instituições.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha para trás de ti! Olha para trás!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Hoje, conseguiu mostrar à sociedade que tem aumentado o seu contributo para esse desprestígio.

Eu devo-lhe até dizer, Sr. Ministro das Finanças, que, se o Sr. Deputado André Ventura contribuísse em impostos como contribui para o desprestígio das instituições,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha para trás!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... o excedente orçamental teria sido muito maior este ano.

Aplausos do PSD.

Eu não vou perder muito tempo com esta matéria,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — É melhor não!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... mas é bom que os portugueses saibam aquilo que aconteceu, agora e aqui.

O Sr. Primeiro-Ministro teve ocasião de dizer ao Sr. Deputado André Ventura que o Sr. Deputado André Ventura foi condenado no exercício das funções políticas — ponto número um — e que, no mesmo critério que ele quer aplicar a toda a gente, mesmo àqueles que nem arguidos são, se calhar, ele já cá não estava se aplicasse o mesmo critério a ele próprio.

O Sr. Deputado André Ventura indignou-se e disse ao Sr. Primeiro-Ministro: «Diga quando, como, o que é que eu fiz para ter sido condenado.»

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E não disse!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Pois bem, eu não sei se ele é o único Deputado, nesta Casa — provavelmente até é, Sr. Presidente —, que foi efetivamente condenado pela prática de um crime que cometeu quando exercia funções políticas.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Qual é?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas eu vou lembrar ao Sr. Deputado André Ventura, para que ninguém tenha dúvidas. O Sr. Deputado André Ventura viu confirmada uma condenação em todas as instâncias...

O Sr. **André Ventura** (CH): — É falso!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... por ofensas à honra e ao bom nome de uma família, e vou dizer quando: no ano de 2021.

Aplausos do PSD.

Protestos do CH e contraprotestos do PSD.

Que não restem dúvidas: o Sr. Primeiro-Ministro não mentiu, o Sr. Deputado André Ventura foi condenado e, pelo seu critério, o Sr. Deputado André Ventura, se calhar, não estava a liderar a bancada do partido Chega.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É o mesmo que andar a gamar!

O orador fez um gesto com a mão simulando o ato de roubar.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Mas ainda usam esse gesto?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Tinhas sete assessores, todos a gamar!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, pode negar, pode saltar, proponho qualquer *fact check*, qualquer polígrafo, para que o Sr. Deputado André Ventura possa dizer hoje e agora ao País: «Peço desculpa, esqueci-me, afinal fui condenado.»

Aplausos do PSD.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Se tiveres coragem, deixas-me responder, não é só andar a gamar!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, no último...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados... É para interromper o tempo.
Srs. Deputados, há bocado...

Continuação de protestos do CH.

Srs. Deputados, houve um primeiro período de perguntas do Sr. Deputado André Ventura; a Câmara ouviu com mais ou menos emoção, mas ouviu. Agora é o Sr. Deputado Hugo Soares que está no uso da palavra e tem os mesmíssimos direitos de poder usar o tempo da forma como está a usar, e nós todos temos de, democraticamente, aceitar e ouvir.

Portanto, Sr. Deputado Hugo Soares, faça o favor de continuar.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.
Devo dizer-lhe que fiquei surpreendido com os apartes que vinham da bancada do Chega...

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Há mais. Queres mais? Se quiseres, dou mais. És um papagaio!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... e fui reler todas as notícias e todos os acórdãos que tenho à minha disposição. Queria repetir: o Sr. Deputado André Ventura foi mesmo condenado.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, no primeiro debate quinzenal deste ano, o Sr. Primeiro-Ministro designou, como palavra de força para o ano de 2025, a palavra «investimento»: investimento público, que bem falta faz depois de tantos anos de cativações do Partido Socialista, e investimento privado. No fundo, a palavra-chave é «investimento», para colocar a economia a crescer mais, economia essa que cresceu 1,9 % no ano de 2024, superando todas as expectativas das instituições europeias e internacionais e até as próprias expectativas do Governo.

É uma economia que gerou um excedente orçamental na casa dos 354 milhões de euros; uma economia que conseguiu, no 3.º trimestre de 2024, ser a segunda economia a reduzir a dívida pública na zona euro.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Larga os papéis! Fala sem papéis!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Estamos com índices absolutamente extraordinários de empregabilidade. Temos uma economia a crescer, estamos a recuperar o atraso e a executar o PRR (Plano de Recuperação e

Resiliência). Temos notícias de hoje que dão conta de que mais de 20 000 jovens já usaram a isenção de IMT (imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis) e de imposto de selo para adquirir a sua primeira habitação.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Estamos, por isso mesmo, a contribuir para reter o nosso talento em Portugal. Números de hoje: soubemos que, do ponto de vista do crédito à habitação, cerca de 47 % são jovens que estão a usar o instrumento para adquirir casas e para ficarem cá em Portugal e reter o nosso talento.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Estamos, Sr. Primeiro-Ministro, com estes indicadores todos, ao mesmo tempo que fazemos o que os outros não fizeram.

Olhamos para a Administração Pública e valorizamos carreiras e salários, tal como nas forças e serviços de segurança, nos bombeiros sapadores, nos técnicos e oficiais de justiça, nos guardas prisionais e nas Forças Armadas. Olhamos para os enfermeiros e para os médicos e valorizamos as suas carreiras. Recuperamos o tempo integral de contagem de serviço dos professores, valorizando a escola pública.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Só aldrabices!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Tudo isto ao mesmo tempo que apresentamos resultados económicos, que me permito dizer e dar os parabéns ao Governo, absolutamente extraordinários.

Mas, ao mesmo tempo que fizemos tudo isto, ainda no ano de 2024, o que é que fizemos? Procurámos acabar com a asfixia fiscal em que o Partido Socialista tinha deixado o País e aliviámos os impostos dos trabalhadores e das empresas.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Valorizámos extraordinariamente pensões em 2024 e para o ano de 2025.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ainda olhámos, Sr. Primeiro-Ministro, para aqueles que mais precisam: para os beneficiários do complemento solidário para idosos. Aumentámos já por duas vezes essa prestação daqueles que mais precisam.

Acabámos com aquela grande injustiça que era contar, para o cálculo do complemento solidário para idosos, o rendimento do filho que vivia com o pai, como se uma sociedade justa, aquela que os socialistas nos deixaram, fosse a sociedade em que os filhos têm de manter os pais que não têm dinheiro para sobreviver.

Mais do que isso, acabámos com outra grande injustiça: a de aqueles que precisam do complemento solidário para idosos terem de escolher qual a metade dos medicamentos que compravam quando iam à farmácia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Agora, comparticipamos 100 % dos medicamentos dos beneficiários do complemento solidário para idosos.

Aplausos do PSD.

Fizemos tudo isto, Sr. Primeiro-Ministro, olhando para as pessoas. Uma economia a crescer é uma economia que pode aliviar os impostos, que pode distribuir riqueza para atingir aquilo que nós queremos: nivelar o País por cima e não nivelar o País por baixo numa lógica de subsidiodependência.

Eu queria perguntar-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, nesta matéria económica, se nos podia adiantar que mais dados têm previstos, que mais reformas, que mais impulsos têm para o ano de 2025, do ponto de vista daquilo que é importante para a vida das pessoas.

Mas não queria que ninguém ficasse com ciúmes. Já que estamos a falar de economia, queria aproveitar a oportunidade, uma vez que o líder da oposição falará neste debate depois de mim, para lhe deixar também uma questão. Já que falei de economia, talvez hoje fosse uma boa oportunidade para o líder da oposição, o Deputado Pedro Nuno Santos, poder dizer definitivamente ao País, e por uma vez, na sua magna estratégia económica, quais são os setores da economia que ele quer deixar para trás e que não acha que devam ser apoiados pelo Governo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Talvez hoje fosse uma boa oportunidade.

Sr. Primeiro-Ministro, na última semana, vimos também o Partido Socialista mudar radicalmente a posição quanto à política de imigração. Eu queria aqui saudar o Partido Socialista, o líder do Partido Socialista, o Deputado Pedro Nuno Santos, porque assumiu corajosamente, mesmo contra vozes internas do seu partido...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É só amor, é só corações de um lado para o outro!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... que queriam manter a lógica de uma imigração escancarada, e resolveu aderir à posição do Governo. É verdade que se tratou de um grande flique-flaque à retaguarda, um dos maiores de que há memória na política portuguesa, mas eu não queria deixar de saudar o sentido de responsabilidade do Partido Socialista.

Mas, já que estamos a falar de responsabilidade do Partido Socialista, há cerca de três semanas, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, o País, durante um fim de semana inteiro, assistiu a declarações permanentes do líder da oposição, responsabilizando o Governo pelo aumento do preço dos combustíveis que se iria verificar na semana seguinte. Dizia então o Partido Socialista que o aumento do preço dos combustíveis tinha a ver com um aumento de impostos — que é falso! — que o Governo tivesse feito e que, por isso, os portugueses, quando fossem atestar na segunda-feira, iam pagar mais dinheiro pelos combustíveis por responsabilidade do Governo.

Na ocasião, tive a oportunidade de dizer ao País e ao Deputado Pedro Nuno Santos que havia um erro. É que os preços dos combustíveis ia ter um aumento, efetivamente, que se devia a dois fatores que concorrem para a formação dos preços dos combustíveis:

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Taxa de carbono!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... o preço do barril do crude...

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Agora estão baratos!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... e a valorização ou desvalorização do euro face ao dólar. Desde então, não assistimos a nenhuma intervenção do líder da oposição sobre a matéria dos combustíveis.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — E a tua qual é?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Quero dizer ao País porque é que não houve nenhuma intervenção, que espero que haja hoje, do líder da oposição sobre a questão dos preços de combustíveis.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Fala da tua agora!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sabe porquê, Sr. Primeiro-Ministro? Vou dizer-lhe: porque, naquela semana, os combustíveis aumentaram, mas, nas duas semanas subsequentes, os combustíveis baixaram. Eu até estava à espera de que o Dr. Pedro Nuno Santos viesse dizer ao País: «Estão a ver? Os malandros do Governo primeiro aumentaram o imposto sobre os combustíveis e os preços aumentaram. Agora, nestas duas semanas, diminuíram o imposto e os preços baixaram.»

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Só que não! Nem uma coisa nem outra. É verdade!

Trago este tema à colação, Sr. Primeiro-Ministro, porque este não é um tema qualquer. É que não se pode fazer política inspirando o medo nas pessoas.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Ah!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Aliás, são muito parecidos. Costumo dizer que eles andam em conluio, e andam efetivamente, as narrativas são as mesmas. As narrativas são as mesmas.

Isso não prestigia nem o desempenho das funções nem as instituições,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso era a Joacine, que dizia as coisas a gaguejar!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... e é bom que quem se candidata ao lugar de Primeiro-Ministro, de chefe do Governo — é legítimo, e ainda bem que em democracia assim é —, se possa apresentar com lealdade perante os portugueses e possa, nesta ocasião, que é um debate quinzenal aqui hoje no Parlamento, ter a oportunidade de dizer aos portugueses duas coisas que eu queria aqui repetir para fechar.

A primeira, voltando à economia: quais são os setores estratégicos da economia portuguesa que o Partido Socialista considera não estratégicos e que acha que o Governo não deve apoiar?

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — É perguntar ao Draghi!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Em segundo lugar, ao Deputado Pedro Nuno Santos também: que diminuição de impostos o Governo fez para que os combustíveis baixassem nas últimas duas semanas?

Sr. Primeiro-Ministro, vou perguntar-lhe a si, porque é a quem me compete: quando os combustíveis aumentaram, o Governo aumentou impostos?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quando aumentaram os impostos!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E agora que, duas semanas seguidas, o preço dos combustíveis baixou, o Governo chefiado por V. Ex.^a baixou os impostos sobre os combustíveis?

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Está muito baixo!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Olhe, eu sei a resposta: infelizmente não baixou porque não pode, mas é bom que dê a resposta ao País para que, de uma vez por todas, o Deputado Pedro Nuno Santos possa saber como é que se formam os preços dos combustíveis.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado André Ventura pede a palavra para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, espero que compreenda, depois da imputação que me foi feita...

O Sr. **Presidente**: — Se é uma interpelação à Mesa, faça favor, tem a palavra.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, vou pedir exatamente para que o Sr. Deputado Hugo Soares possa ver a distribuição do acórdão, da decisão da sentença, em que me condenou civilmente, não criminalmente...

Protestos do PSD e da IL.

Não criminalmente, civilmente...

Protestos do PSD.

Eu sei que é incómodo terem o Miguel Albuquerque na Madeira, mas isso é convosco.

Continuação de protestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Isso é convosco, isso é convosco. Portanto, Sr. Presidente, vou pedir a distribuição da sentença...

Continuação de protestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados... Vou ter de interromper os trabalhos.

O Sr. Deputado André Ventura está, neste momento, a usar uma figura regimental corretamente, o que saúdo, que é para pedir à Mesa para... Faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Para demonstrar que é verdade isso, que fui condenado por chamar «bandidos» a um grupo que tinha traficantes de droga, e mantenho. É a diferença de ter Miguéis Albuquerques na Madeira.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça chegar à Mesa para ser distribuído... Sr. Deputado, estava a falar consigo. Faça chegar à Mesa o respetivo acórdão.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Eu enviarei para todos!

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Primeiro-Ministro para responder às perguntas do Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vejam lá os presidentes de câmara e os vereadores, todos a gamar!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Não tens nenhum!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Hugo Soares, quero dizer-lhe, relativamente às temáticas que abordou na sua questão, o seguinte.

Creio que não vale a pena estarmos a insistir na clarificação da situação processual atinente às sentenças que incidem sobre o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É melhor não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado André Ventura, de resto, diz muita coisa sem graça, mas também diz algumas coisas com piada, e não quero deixar passar em claro a última tirada da sua intervenção antes de o tempo ficar esgotado.

Diz ele que estava na hora de eu me ir embora.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Ele quem?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, não confunda o seu desejo com a realidade.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu estou aqui para dar e durar, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Estou aqui para dar e durar, ao contrário do Sr. Deputado. O Sr. Deputado André Ventura está aqui porque queria ser Primeiro-Ministro...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E vai ser!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e assim se apresentou ao eleitorado. Depois de estar aqui como Deputado, quis ser Ministro e agora quer ser Presidente da República. Quem está com vontade de ir embora não sou eu, Sr. Deputado, é o senhor.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos de Deputados do CH.

Sr. Deputado Hugo Soares, é verdade, as pessoas, os portugueses e as portuguesas, as instituições, as empresas, até se podem divertir de vez em quando com este bate-boca parlamentar, mas não alimentam as suas famílias, não alimentam os seus sonhos com base nestas trocas de palavras que muitas vezes são estéreis e inúteis e escondem a falta de projeto daqueles que se prendem apenas nisso, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Por isso é que o Sr. Deputado fez bem em recolocar as questões nos seus eixos fundamentais.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Oh!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nós estamos, felizmente, hoje no encalço de um período de prosperidade.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — É, é!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Um período que junta o crescimento da economia, a recuperação de rendimentos, o aumento do salário real dos trabalhadores e dos pensionistas...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O povo diz isso todos os dias!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e saúde financeira nas contas públicas.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Está tudo rico!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — São condições para podermos atrair mais investimento e fomentar também mais investimento das empresas que já operam em Portugal. Para quê? Para que Portugal crie mais riqueza e possa distribuí-la, dando precisamente às pessoas a resposta e os instrumentos de que necessitam para ir à procura dos seus sonhos.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ter uma economia com bom desempenho, ter finanças públicas equilibradas, salvar o Estado social, garantir às portuguesas e aos portugueses melhores cuidados de saúde, uma escola pública que tenha qualidade e exigência e que, por via disso, promova a igualdade de oportunidades, o acesso à habitação, o acesso a transportes públicos mais eficientes, maior mobilidade, um Estado que seja gerido com critérios de eficiência e que possa dar resposta àqueles que são os pedidos dos cidadãos e das empresas, tudo isso, Sr. Deputado, tem de ser feito ao mesmo tempo e compagina um verdadeiro projeto de ambição e desenvolvimento para Portugal.

Por isso, Sr. Deputado, é que nós estamos a intervir em vários domínios. Nós estamos a intervir, desde logo, para dar condições aos nossos jovens de encontrarem esperança em Portugal.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Por isso, logo após o nascimento, conferimos aos bebés portugueses uma vaga numa creche para poderem iniciar o seu processo formativo, que continuará depois com o acesso que queremos universal ao ensino pré-escolar, e, portanto, precisamos de ter uma oferta superior de jardins de infância, que depois vai à exigência de todos os níveis de ensino e acaba no ensino superior.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sobre isso, amanhã mesmo, no Conselho de Ministros, iremos aprovar os eixos principais de uma reforma no Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, os quais serão oportunamente tratados e apreciados na Assembleia da República e que visam dar às instituições de ensino superior mais condições para terem os seus processos de autonomia de serviço àquele que é o seu propósito formativo e terem também maior previsibilidade, para poderem ter projetos que não se esgotam ao sabor da vontade dos Governos que conjunturalmente estão em funções e possam projetar-se para além do período das legislaturas, sejam elas mais curtas, sejam elas como devem ser, cumprindo o prazo integral que a Constituição da República preconiza.

É também com este tipo de reformas que nós criamos os instrumentos para podermos ter mais crescimento económico, porque reter talento e dar condições de desenvolvimento da formação e condições para irmos mais longe na investigação e na inovação é uma forma de habilitar a economia a poder ser mais produtiva e poder ter um ciclo de crescimento mais duradouro e mais perene.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, também é por isso que queremos previsibilidade nas políticas fiscais. Pagar menos impostos sobre o rendimento do trabalho e pagar menos impostos sobre os lucros das empresas é permitir mais produtividade e mais competitividade.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Também é por isso que estamos a regular a imigração, para podermos ter a possibilidade de dar condições de atratividade e dignidade a quem nos procura, mas também para podermos

utilizar a mão de obra que daí fica disponível para sermos mais competitivos, mais produtivos e fazermos chegar a criação de riqueza à vida das portuguesas e dos portugueses.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Também é por isso que acelerámos a execução do PRR e de todos os instrumentos de financiamento que temos à nossa disposição.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Quanto maior capacidade de execução nós tivermos, mais competitiva fica a economia, mais produtiva ela pode ser e pode fazer refletir essa competitividade e essa produtividade no aumento dos salários e, por via disso, no aumento da qualidade de vida dos cidadãos — ao mesmo tempo que dá ao Estado, porque se desenvolve a economia e porque estamos numa boa *performance*, instrumentos financeiros para promovermos a justiça social através das políticas públicas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Também é por isso que nós decidimos a construção do novo aeroporto de Lisboa. Também é por isso que nós decidimos levar para a frente o projeto de valorização da ferrovia, nomeadamente na componente da alta velocidade, para passageiros e para mercadorias. Também é por isso que nós demos mais mobilidade aos cidadãos, que hoje têm acesso a um passe ferroviário por 20 € para andar por todo o País, e alargámos a todos os jovens, não apenas aos jovens estudantes universitários, a possibilidade de terem um passe gratuito nos transportes ferroviários.

Sr. Deputado, creio que com esta imagem que é transversal, e não é a todas as áreas da governação... aliás, eu podia ir a todas. Eu podia falar da política de segurança, que é importante para que tenhamos boa qualidade de vida, para sentirmos a liberdade de nos movimentarmos e de procurarmos fazer aquilo que queremos, no respeito pelos outros,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e, ao mesmo tempo, da segurança como ativo económico. Também é promovendo a segurança que o País terá condições para ser mais atrativo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Deputado, também é por isso que estamos a desenvolver um projeto para podermos reter a nossa capacidade hídrica, para termos água distribuída por todas as regiões do País,...

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... para podermos olhar para o Algarve e para o Alentejo e garantirmos que têm as mesmas oportunidades, em primeiro lugar, de acesso à água para consumo das suas famílias, mas também para as atividades económicas, para o turismo, para a agricultura, para a indústria.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É por isso que, ao mesmo tempo que promovemos todas estas alterações, também temos uma Agência para o Clima, para garantir a sustentabilidade deste País, para deixarmos às gerações que vêm a seguir a nós condições para prosseguirem este projeto.

Sr. Deputado, é disso que nós estamos a tratar.

Aplausos de Deputados do PSD.

Eu gosto muito de vir ao Parlamento e não tenho nenhum problema em estar a trocar piropos com a oposição, mas isso é uma pequeníssima, muito pequena parte do trabalho que estamos a fazer por Portugal, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Finalmente, Sr. Deputado, também é por isso que nós estamos atentos àqueles que possam ser constrangimentos que o preço dos combustíveis possa gerar para o dia a dia das pessoas e das famílias e para o dia a dia das instituições e das empresas. Eu disse e vou aqui repetir solenemente: se houver uma escalada de preços que antecipe uma subida permanente, a níveis que sejam insuportáveis, nós tomaremos as medidas, nomeadamente na área fiscal, para desagravar a situação e repor o equilíbrio no acesso aos combustíveis.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Foi assim que foi feito pelo Governo anterior, e foi muito bem feito. E foi reclamado pelo principal partido da oposição, pelo que estou muito à vontade para me colocar hoje exatamente na situação de quem está onde eu também já estive.

Mas, Sr. Deputado, nós precipitarmo-nos e irmos ao correr do vento de uma semana significa mais ou menos como colocar as questões com a leviandade política com que muitas vezes aqui alguma oposição coloca.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Significa ir atrás de um fogacho do momento que, muitas vezes, como não tem consistência, faz ricochete. Olhe, foi o que aconteceu exatamente ao principal partido da oposição, que se precipitou, que quis vir à boleia de um aumento que foi, de facto, muito significativo, mas que estava localizado, era conjuntural, ainda não tinha indícios de ser permanente, e, portanto, reclamaram a intervenção do Governo e até acusaram o Governo de ter aumentado os impostos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Não é uma acusação, é um facto!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nós não aumentámos os impostos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nós fizemos algumas correções relativamente a uma situação que a União Europeia nos estava a exigir, nomeadamente na taxa de carbono, como já aqui expliquei, e também no desconto do ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos), porque têm a ver com o ataque à crise inflacionista. Mas nós não agravámos a carga fiscal. Que fique claro que nós não aumentámos nenhum imposto,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... não há nenhum imposto que tenha aumentado.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Houve um que teve um nível de desconto reduzido, mas, ao mesmo tempo, foi reduzida também a incidência da taxa de carbono no mecanismo de formação do preço. A fiscalidade sobre os combustíveis manteve-se na mesma.

Aqueles que, de facto, quiseram antecipar uma crise tiveram, por assim dizer, azar, que é o mesmo que dizer que foram também imprudentes, porque se esqueceram, como o Sr. Deputado aqui bem referiu, que o preço do petróleo e a taxa de câmbio entre o euro e o dólar são os fatores mais decisivos para hoje ter oscilações no preço do mercado. Foi isso que aconteceu nas duas semanas seguintes. Veja-se bem, o gasóleo já está ao mesmo preço que estava antes daquele aumento de 5,5 cêntimos...

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Podia estar mais baixo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e a gasolina está 1 cêntimo mais cara.

Se o Governo tem agora já a possibilidade de intervir, pois a possibilidade tem, mas não é adequado. Quando for, nós cá estaremos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, do Partido Socialista, que tem 11 minutos e 30 segundos para o conjunto das suas perguntas. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, é verdade ou não que no dia 1 de janeiro foi aumentada a taxa unitária do imposto sobre os produtos petrolíferos?

Aplausos do PS.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Já foste entalado!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, o que aconteceu no dia 1 de janeiro foi a diminuição de um desconto que está em vigor desde o tempo em que o Governo anterior decidiu ajudar a economia portuguesa e os consumidores portugueses, baixando provisória e transitória a incidência do imposto sobre os produtos petrolíferos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Neste momento, ainda temos um desconto de cerca de 10 cêntimos. O que aconteceu no dia 1 de janeiro foi que esse desconto baixou 3 cêntimos, na exata medida em que também baixou a taxa de carbono. Ou seja, não houve nenhum agravamento fiscal.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mesmo que tivéssemos operado apenas a diminuição do desconto, isso não significa um aumento de impostos, significa, no limite, a diminuição do desconto que está vigente, como o Sr. Deputado bem sabe.

O Sr. Deputado quer ter razão numa invocação que não tem fundamento. Nós não aumentámos, nem no Orçamento do Estado para 2025, nem no dia a dia dos portugueses, um único imposto!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, faça favor.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Primeiro-Ministro está a confundir, e presumo que não deliberadamente, obviamente, a taxa de carbono com a taxa do ISP.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ai estou?!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — A taxa de carbono foi descongelada durante o ano de 2024, tinha já começado o descongelamento connosco. O que acontece é que todos os anos há um leilão europeu das emissões, e a taxa de carbono baixou para toda a Europa decorrente desse leilão. O que fez o Governo? Como a taxa de carbono desceu, o Governo aumentou a taxa do ISP para compensar essa redução.

Aplausos do PS.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Foi, foi, Sr. Primeiro-Ministro, foi um aumento, e não voltou a reduzir passadas uma ou duas semanas.

Sr. Primeiro-Ministro, no último debate quinzenal fiz-lhe uma questão, em relação à qual não teve tempo para responder, sobre a cirurgia oncológica pediátrica. Entretanto, já teve a oportunidade de responder e disse que havia um conjunto de crianças, julgo que seis, à espera para lá do tempo máximo recomendado, e nós não temos sequer como discordar da informação que nos dá, obviamente. A única coisa que pedimos sobre isso é que no Portal da Transparência sejam também publicados os dados sobre as cirurgias oncológicas pediátricas e de adultos.

Sobre a cirurgia oncológica de adultos, é uma questão que se tem repetido por exclusiva responsabilidade do Sr. Primeiro-Ministro. O Sr. Primeiro-Ministro faz um grande anúncio ao País em agosto do ano passado dizendo que tínhamos acabado com as listas de espera para lá do tempo máximo recomendado para os doentes oncológicos. E é por isso que a questão tem regressado, porque infelizmente isso não aconteceu.

Ainda no debate quinzenal de janeiro, na sequência de uma questão feita pelo Deputado Paulo Raimundo, o Sr. Primeiro-Ministro disse que eram 148 doentes sem a cirurgia agendada e à espera para lá do tempo máximo recomendado.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Na altura!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, nós temos feito aqui um jogo sobre o agendamento e o não agendamento. Mais importante do que a cirurgia estar agendada é sabermos se o agendamento foi feito dentro do período recomendado. E por isso a pergunta que lhe quero fazer não é sobre os agendamentos, é sobre o número de doentes oncológicos à espera de cirurgia para lá do tempo recomendado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, relativamente ao tema dos combustíveis, não posso dizer nada que não seja concordar com a sua exposição, com exceção da sua conclusão.

Efetivamente, houve uma diminuição da incidência da taxa de carbono, através do mecanismo de formação do preço e através do critério seguido em toda a Europa, no valor de cerca de 3 cêntimos.

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

E o que nós fizemos foi diminuir o desconto que está em vigor e que os senhores — aqueles que fizeram parte do Governo anterior — decidiram que era transitório,...

Protestos do PS.

... dada a escalada de preços aquando do período em que a inflação esteve mais elevada.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Os Srs. Deputados fixaram e decidiram que era transitório, e nós, desde o primeiro dia em que fomos investidos nesta função, temos sido instados... Aliás, Sr. Deputado, não sei se se recorda, mas, relativamente ao nosso plano orçamental de médio prazo e à nossa proposta do Orçamento do Estado, a grande crítica e exigência da Comissão Europeia foi que nós acabássemos com esse desconto.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Explique!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A grande exigência da Comissão Europeia foi que acabássemos com esse desconto.

Ora, isso significava, no caso, uma reposição de 13 cêntimos. O que fizemos foi apenas compensar, é verdade, diminuindo esse desconto em cerca de 3 cêntimos.

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

Sr. Deputado, parece-me um caminho equilibrado, que não tem nenhuma intervenção — nenhuma! — na formação do preço, porque a carga fiscal é exatamente a mesma. Estamos a falar de uma componente fixa, Sr. Deputado, que não tem nenhuma incidência na fixação do preço, porque é a mesma — desde o dia 31 de dezembro para o dia 1 de janeiro, não houve nenhuma alteração. O Sr. Deputado quer insistir para ver se o seu argumento tem vencimento, mas sinceramente, acho que não podemos fazer mais nada. O esclarecimento está mais do que compreendido.

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

Sr. Deputado, sobre a oncologia, vou tentar responder — no tempo que tenho já não consigo — ao exemplo que o Sr. Deputado utilizou, da oncologia pediátrica. De facto, temos seis crianças que estão sinalizadas para fazer um transplante. São processos muito delicados, em que é preciso encontrar um dador compatível; são processos em que é preciso fazer uma averiguação clínica prévia, são processos em que, muitas vezes, é preciso fazer tratamentos preparatórios para a própria intervenção e, dos seis casos — segundo a informação que tenho — que temos, neste momento, pendentes, apenas um já passou o tempo máximo de resposta garantido e não foi ainda intervencionado, porque não houve condições, do ponto de vista dos recursos humanos e do ponto de vista da própria evolução da doença, para o fazer.

Sr. Deputado, relativamente à outra questão, até lhe agradeço porque, de facto, o Sr. Deputado tem sido insistente, mas tem sido sério na abordagem do tema — não digo o contrário.

Efetivamente, temos três situações possíveis. Temos aqueles doentes que ultrapassaram o tempo máximo de resposta garantido e não têm nem a sua cirurgia realizada, nem o seu agendamento. Temos aqueles que ultrapassaram o tempo, mas já têm a sua cirurgia programada, calendarizada e marcada. E temos os outros que, entretanto, foram intervencionados, dentro do tempo máximo de resposta garantido.

Para tentar ser mais direto na resposta que procura, dar-lhe-ei os dados de que disponho. No dia 31 de janeiro de 2024, havia 2660 portugueses com o tempo máximo de resposta garantido ultrapassado nas cirurgias oncológicas; dessas, 1568 estavam por agendar. Em 31 de janeiro de 2025, havia 1846 pessoas doentes de oncologia a aguardar, com o tempo máximo de resposta garantido ultrapassado, das quais 1475 já tinham cirurgias agendadas — o mesmo é dizer que só estão por agendar 371. Eram 146 da última vez que aqui estive, se não estou em erro com o número — o Sr. Deputado disse 148, será à volta dos 140 a 150 —, e eu disse-lhe, nessa ocasião, e aqui vou repetir outra vez, que estes casos, na grande maioria, não vou dizer na totalidade, porque é um dado que todos os dias tem de ser atualizado, não tiveram a sua intervenção agendada por razões clínicas.

São pessoas que estão a fazer tratamentos, pessoas que têm de ter uma avaliação clínica prévia à realização da própria cirurgia e, muitas vezes, do ponto de vista médico, essa calendarização não é feita, fruto dessa circunstância.

Portanto, Sr. Deputado, há uma grande diferença, porque diminuiu muito o número de doentes que estava com o tempo máximo de resposta ultrapassado, mas sobretudo diminuiu muitíssimo, face ao ano anterior, o número de doentes que, tendo ultrapassado esse tempo, não tem ainda a cirurgia programada.

Se me pergunta se é o resultado que nós queremos, digo-lhe que ainda não é o resultado que queremos. O resultado que queremos é que todos possam ser intervencionados dentro do tempo máximo de resposta garantido, e, mesmo dentro deste, o mais depressa possível.

Sabemos que esta é uma situação particularmente sensível e grave, porque há muitos doentes que acabam por não resistir ao tempo, o mesmo é dizer — sei que é duro dizê-lo desta maneira, mas vou ter de dizê-lo — que há muitas pessoas que morrem porque não têm a oportunidade de ter uma intervenção cirúrgica a tempo. E, portanto, o nosso esforço tem de ser de diminuir o tempo de intervenção ao máximo, mesmo dentro do tempo máximo de resposta garantido.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, faça favor.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, lamento a confusão que está a ser feita entre taxa de carbono e taxa de ISP.

A taxa unitária de ISP aumentou no dia 1 de janeiro e não consta que tenha baixado.

Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

A redução da taxa de carbono não é uma decisão do Governo, ela decorre de um leilão europeu...

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Exatamente! Seriedade!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — ... e, portanto, aquilo que os senhores fizeram foi anular a redução da taxa de carbono que decorre desse leilão europeu.

Aplausos do PS.

Sobre as cirurgias oncológicas — não escolhi falar sobre o ISP,...

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Pois! Só se fala do que se sabe!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — ... fi-lo na sequência da intervenção que aqui foi feita, Sr. Primeiro-Ministro, mas acho que foi claro para todos —,...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Foi, foi!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — ... o que acontece é que foi transmitida uma imagem, uma mensagem, em agosto do ano passado, que não corresponde à realidade. O agendamento é importante, mas quando ele é feito depois do tempo médio de resposta garantido, ele vale menos do que se for feito dentro do tempo de resposta garantido. E esse é o desafio que o Governo ainda não conseguiu vencer, mas passou a mensagem de que esse problema tinha sido ultrapassado. Não foi,...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Foi, pois...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — ... porque há uma distância muito grande entre os anúncios e a prática.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Exato.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — A situação no Hospital Amadora-Sintra é simbólica... Não é simbólica, porque é real e tem impacto real em meio milhão de pessoas que são servidas pelo hospital, mas é representativa da situação do Serviço Nacional de Saúde a nível nacional e da forma como o Governo tem encarado o Serviço Nacional de Saúde.

Tivemos demissões de cirurgiões, cerca de 10, logo em outubro do ano passado; tivemos, entretanto, uma demissão do Diretor do Serviço de Urgências; temos tempos de espera a ultrapassar as 30 horas, equipas a trabalhar com um número de profissionais inferior ao adequado, internos a queixarem-se de um clima de insegurança profissional e o bastonário a fazer um apelo desesperado à Sr.^a Ministra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É que com o PS isso nunca acontecia!...
Isto é incrível!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, a Sr.^a Ministra teve hoje a oportunidade de reunir com o Conselho de Administração. Continuamos sem ter uma palavra, nem do Sr. Primeiro-Ministro nem da Sr.^a Ministra da Saúde, ao meio milhão de portugueses que, obviamente, sentem ansiedade com o serviço que hoje é prestado pelo Amadora-Sintra, mas este ambiente de instabilidade é transversal a todo o SNS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É incrível, com o PS nunca acontecia!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Vamos no terceiro Diretor Executivo do SNS, vamos no terceiro Presidente do INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica), demissões que se sucedem em vários hospitais do País — ainda hoje, a demissão do Diretor de Serviço Clínico no Hospital de Viseu —, grande parte justificadas, como outras no Governo, e em outras áreas, justificadas por motivos pessoais.

Sr. Primeiro-Ministro, toda a gente já percebeu que o Governo tem sido incompetente e incapaz de dar resposta aos problemas do SNS, que alguns deles se têm mesmo agravado, e, portanto, a pergunta que lhe quero deixar é: no dia em que a Sr.^a Ministra da Saúde sair do Governo, será também por motivos pessoais, Sr. Primeiro-Ministro?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, não há como evitar lembrar ao Sr. Deputado os problemas gravíssimos que o nosso Serviço Nacional de Saúde enfrenta e o contexto de degradação da sua capacidade de resposta ao longo dos últimos anos.

O Sr. Deputado anotava, agora, a circunstância de já termos convivido com três diretores executivos do SNS e termos nomeado dois. O anterior, que vinha da Legislatura passada, o Sr. Deputado já não se lembra, esteve um ano à espera — um ano à espera! —,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... da lei que enquadrava o seu trabalho. Um ano à espera, depois de ter sido designado, para ter a habilitação legal para poder produzir o seu trabalho. Sr. Deputado, maior instabilidade do que essa eu não conheço. Conheço, efetivamente, as circunstâncias que, muitas vezes, obrigam determinados dirigentes a apresentarem a sua demissão.

Sr. Deputado, a questão que coloca, relativamente ao Hospital Amadora-Sintra, seria grave — ou melhor, seria mais grave — se tivesse tido, precisamente, um agravamento nos últimos tempos, mas não teve, Sr. Deputado. No Hospital Amadora-Sintra, como em toda a rede do Serviço Nacional de Saúde, estamos com melhor desempenho do que aquele que tivemos nos últimos anos.

Vou-lhe já dar alguns números que atestam isto, mas a questão, Sr. Deputado, é que o nível de ineficiência...

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

... e de incapacidade de resposta era tão grande que, mesmo quando temos uma melhoria da *performance*, ainda assim os seus efeitos são pouco visíveis e, ainda assim, a insegurança que muitos cidadãos sentem acaba por vingar.

Vou-lhe dar um exemplo, ainda assim, do que temos feito. Do Plano de Emergência e Transformação na Saúde, em 54 medidas, 31 estão executadas e concluídas. Nos médicos de família, passámos de 1 milhão e 720 mil portugueses sem médico de família para 1 milhão e meio — é uma diminuição de mais de 200 000.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nos serviços de urgência, houve uma redução de 20 % do tempo médio de espera.

Sr. Deputado, a isto não são alheias as políticas, por um lado, de reforço dos médicos de família e, portanto, da possibilidade de algumas das circunstâncias de urgência poderem ser resolvidas nas unidades de cuidados de saúde primários, e também não são indiferentes o reforço da Linha SNS 24 e os Centros de Atendimento Clínico. Na Linha SNS 24 houve um aumento de 87 % do número de chamadas atendidas.

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

Sr. Deputado, está neste momento em funcionamento a linha «Ligue Antes, Salve Vidas» em 25 das 39 ULS (unidades locais de saúde). Na nova Linha SNS Grávida, houve 93 000 chamadas que evitaram 25 000 idas à urgência sem necessidade.

Sr. Deputado, na triagem digital, que já está implementada, conseguiu-se fazer uma triagem de 55 000 pedidos. As teleconsultas, nomeadamente para problemas respiratórios, que se agravam muito neste período do ano, atingiram 1700 ocorrências. E nas cirurgias oncológicas, já lhe respondi há pouco sobre o benefício que tivemos, não tendo ainda a situação totalmente resolvida.

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

Sr. Deputado, só falei de números porque o Sr. Deputado quis comparar as circunstâncias, pois para mim e para este Governo qualquer caso é um caso que tem de ser resolvido.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, faça favor.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o senhor gere o seu tempo como bem entender, como é evidente, mas era importante que pudesse responder — eu depois posso talvez ceder algum tempo —, quer dizer, acho que era importante que...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É preciso ter outras perguntas...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — É que perguntei sobre o Hospital Amadora-Sintra e a resposta que o Sr. Primeiro-Ministro me deu — na minha opinião, desculpe-me, revelando falta de empatia com meio milhão de portugueses que são servidos pelo Amadora-Sintra — foi uma lista de um conjunto de iniciativas que não têm produzido os resultados que prometeram que iam produzir.

Aplausos do PS.

O Sr. Primeiro-Ministro gosta sempre de falar dos problemas que herdou. Sim, herdou, com certeza. Já leva 10 meses e prometeu, aliás, resolvê-los rápido. A situação não está melhor e quem vive na região abrangida pelo Hospital Amadora-Sintra sabe bem disso.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — São iguais! Ao fim e ao cabo são iguais!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, a incompetência não é só na saúde. Um exemplo, também, dessa incompetência é a situação caótica que se vive hoje na linha ferroviária entre Lisboa e Setúbal.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Até fala da linha ferroviária!...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — E, Sr. Primeiro-Ministro, a situação que hoje vivemos nessa linha deve-se a decisões e anúncios do atual Governo; agravou-se com o atual Governo. Não vem de antes, não vem do passado,...

Protestos do PSD, do CH e do CDS-PP.

... vem das decisões tomadas pelo atual Governo.
Só para termos consciência do que é que estamos a falar,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Da Fertagus!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — ... o Ministério das Infraestruturas negociou a renovação do contrato de concessão e anunciou o aumento da frequência dos comboios. Para garantir o aumento dessa frequência, obviamente, tendo nós um número limitado de comboios, teve de reduzir o número de carruagens por composição. Neste momento, na hora de ponta, devem ser mais de 2000 lugares suprimidos por causa da redução do número de carruagens — decisão deste Governo.

Sr. Primeiro-Ministro, a primeira pergunta é como é que vai resolver o problema que hoje temos instalado, de sobrelotação nos comboios na linha que liga Lisboa a Setúbal.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Qual é a linha?!

Protestos do PSD e do CH.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — A segunda questão, Sr. Primeiro-Ministro, tem que ver com uma notícia de hoje, no *Público*, que dá nota de que a Sr.^a Secretária de Estado da Mobilidade terá pedido à CP (Comboios de Portugal) comboios para ceder à Fertagus.

Quero perguntar-lhe se este pedido é verdadeiro e se vai haver uma retirada de comboios da CP para a Fertagus, porque a CP já está no limite da utilização do seu material circulante — aliás, muito dele tinha sido encostado e abandonado pela atual Secretária de Estado, quando era vice-presidente da CP. Esse material foi recuperado...

Aplausos do PS.

... e está hoje a servir as populações da região urbana de Lisboa.

Vamos ter a inauguração da eletrificação da linha do Algarve para breve, a inauguração do troço eletrificado entre Meleças e Malveira, a inauguração, também para breve, da linha da Beira Alta — e todas estas linhas vão precisar de comboios elétricos, que se movem a energia elétrica.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, a primeira pergunta é: o que é que vai fazer para resolver o problema que hoje temos na zona entre Setúbal e Lisboa? É verdade que o Governo pediu comboios à CP para ceder à Fertagus?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe de 25 segundos, mais 15 de tolerância.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, de facto, é muito mais rápido poder fazer a pergunta do que, às vezes, obter a resposta e é essa a circunstância que me leva a gastar mais tempo.

Para ser direto: Sr. Deputado, precisamos de mais composições e precisamos de maior operacionalidade na linha.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso mesmo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E, para isso, é preciso investir, é preciso fazer os investimentos que não foram feitos até aqui.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E é preciso ir procurar, dentro das possibilidades, onde é que há material circulante disponível.

Não se esqueça, Sr. Deputado — e o Sr. Deputado conhece muito bem o assunto —,...

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

... de que o proprietário dos comboios, mesmo nessa linha, é o Estado. Portanto, se houver alguma composição na posse da CP que possa ser direcionada para esta linha, tanto melhor; se não houver, temos de aguardar a possibilidade de ir ao mercado comprar.

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, que ainda dispõe de 2 minutos e 11 segundos.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Primeiro-Ministro identifica um conjunto de problemas e a necessidade de investir.

O problema é que toma uma decisão sem ter acautelado que tinha o material circulante disponível para tomar a decisão e fazer o anúncio que fez.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Ora bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Há muita procura!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não é assim que se governa, Sr. Primeiro-Ministro. Não é assim, Sr. Primeiro-Ministro!

Aplausos do PS.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Houve um aumento da procura!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Aliás, o Sr. Primeiro-Ministro tinha a obrigação de saber que a CP não tem material circulante disponível antes de tomar a decisão que tomou.

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

Sr. Primeiro-Ministro, um dos temas que o preocupou na campanha eleitoral foram os jovens, e a necessidade de recrutar e de reter jovens qualificados, formados em Portugal, para trabalhar em Portugal.

Assim, uma das medidas que anunciou e que foi viabilizada com o voto do Partido Socialista foi a do IRS Jovem, mas o Sr. Primeiro-Ministro, em nenhum momento — nem na campanha, nem enquanto governa —, nunca, até ao dia de hoje, disse que a contrapartida seria o fim do prémio de valorização salarial para os jovens licenciados.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eram só quatro anos!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Para quem não sabe, havia IRS Jovem em Portugal e, cumulativamente, para os jovens licenciados ou com mestrado, havia a devolução das propinas, que era de 700 € por três anos, mais 1500 € de mestrado por dois anos, ou seja, eram cerca de 5000 € que eram devolvidos aos jovens, licenciados e com mestrado, que tivessem decidido ficar a trabalhar em Portugal.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, como é que explica que essa sua prioridade tenha sido acompanhada do fim de um apoio para os jovens, sem nunca o ter dito, sem nunca o ter anunciado, sem nunca ter havido debate sobre esse assunto?

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Governo já não tem tempo para responder!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado, como ainda dispõe de tempo, se quiser continuar...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, posso ceder 10 segundos do meu tempo ao Sr. Primeiro-Ministro.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Isso não dá, porque o Sr. Primeiro-Ministro já tem 15 segundos de tempo excedido.

Risos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não chega, porque o tempo do Sr. Primeiro-Ministro já está negativo em 16 segundos, o que dá 1 segundo de tempo de resposta. Acho que é uma aritmética um bocado complicada...

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Que conveniente!

O Sr. **Presidente**: — Haverá outra oportunidade para o Sr. Primeiro-Ministro poder responder. Sr. Deputado, faça favor de completar, então, o seu tempo.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, vou então continuar.

Sr. Primeiro-Ministro, espero que tenha oportunidade, não digo nas respostas aos outros grupos parlamentares, mas noutra oportunidade, para dar uma resposta sobre o fim deste apoio aos jovens portugueses.

Para terminar, queria lembrar que no mês de janeiro morreram cinco mulheres assassinadas por violência doméstica em Portugal, que é um quinto do valor de todo o ano de 2024.

O Sr. Primeiro-Ministro teve a oportunidade, numa determinada altura, de fazer uma intervenção dizendo que os números das queixas não diziam nada sobre o aumento ou sobre a redução do crime.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Falso!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — As mortes não enganam! Sr. Primeiro-Ministro, qual é a resposta do...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — A resposta a essa pergunta também há de ser noutra oportunidade.

Sr. Deputado Rui Rocha, da Iniciativa Liberal, é agora o seu momento de questionar o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, não sei se terá reparado, mas, em alguns debates anteriores, nesta modalidade, aproveitei os meus primeiros segundos de intervenção para fazer algum tipo de ataque político ao PS.

Vozes do PS: — Oh...!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — E, desta vez, tinha a intenção de não o fazer, porque, na verdade, há tanta gente a atacar o Secretário-Geral dentro do PS que quase já não vale a pena eu protagonizar esse ataque.

Risos da IL e de Deputados do PSD.

Mas, depois, ouvi a intervenção do Sr. Secretário-Geral do PS, Deputado Pedro Nuno Santos, e tenho mesmo de fazer aqui um comentário relativamente a esta matéria.

Sobre os combustíveis é uma enorme hipocrisia do PS vir agora falar desta matéria quando, no Orçamento do Estado, por exemplo, não viabilizou uma proposta da Iniciativa Liberal que visava baixar o ISP...

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ..., sendo que o voto favorável do PS teria viabilizado essa proposta.

Portanto, o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos vem para aqui queixar-se do preço dos combustíveis, mas, quando teve oportunidade, nada fez para que os portugueses pudessem pagar menos pelos combustíveis.

Aplausos da IL.

Nesta matéria, devo dizer que o Governo também não fica muito bem, porque entretêm-se os dois a discutir o preço dos combustíveis e a verdade é que o peso dos impostos no custo final dos combustíveis é muito semelhante entre o Governo do PS e o Governo da AD (Aliança Democrática) e, por vezes, no Governo da AD é até superior. Portanto, nessa matéria, perdem tempo e não resolvem os problemas portugueses.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Muito bem!

Risos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

Queria, em todo o caso, trazer-lhe uma questão, que já lhe trouxe no último debate e à qual não obtive nenhuma resposta concreta por parte do Governo, sobre o IRS Jovem.

Vou dar-lhe dois exemplos, Sr. Primeiro-Ministro: a Alice, com 28 anos de idade, e o Manuel, com 28 anos de idade também.

A Alice começou a trabalhar aos 18 anos, acumulou o trabalho com os estudos. Têm agora ambos 28 anos, mas a Alice já cumpriu os 10 anos do IRS Jovem. O Manuel teve uma abordagem diferente, o Manuel só agora, no último ano letivo, concluiu a licenciatura. Passou anos e anos na faculdade, fez as festas todas, foi ao festival de verão, saiu com os amigos, era aquilo a que podíamos chamar um estroina.

O que é que acontece agora, Sr. Primeiro-Ministro?

A Alice começou cedo a trabalhar...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não era convidada para as festas!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... e não tem direito a nada, em termos de IRS Jovem.

O Manuel, estroina, que prolongou a sua estadia na universidade, demorou anos a concluir os seus estudos, começa agora a trabalhar e tem direito a benefícios em matéria de IRS Jovem.

Sr. Primeiro-Ministro, um país que diz a alguém que começou a trabalhar cedo que fica em piores circunstâncias do que aquele que começou a trabalhar tarde não é um país que possa estar a dar os incentivos certos.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — A Iniciativa Liberal apresentou uma proposta no sentido de, nos casos como os da Alice, se passar a aplicar a regra da entrada em vigor da legislação sobre a matéria, mas há outras maneiras: pode alargar o prazo para 15 anos, mas manter o limite dos 35.

Primeira questão: o que é que vai dizer à Alice sobre esta matéria? Aliás, a posição da Iniciativa Liberal, como sabemos, é a de não desistirmos de baixar os impostos a sério para todos, incluindo aqueles que hoje têm mais de 35 anos.

Mas, agora, há uma questão de injustiça séria que tem de ser resolvida, Sr. Primeiro-Ministro, e há uma proposta da Iniciativa Liberal nesse sentido.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe de 6 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Rocha, quero começar por o cumprimentar e saudar após a sua reeleição como Presidente da Iniciativa Liberal e desejar-lhe as maiores felicidades no exercício desse mandato,...

Aplausos do PSD.

... no decurso do qual esperamos contar com a Iniciativa Liberal para dar um contributo positivo à governação do País.

Quero dizer-lhe, Sr. Deputado Rui Rocha, o seguinte: o Sr. Deputado já colocou, é verdade, esta questão no último debate e eu já tentei responder, embora parcialmente, mas vou tentar ser um bocadinho mais incisivo na troca dos argumentos.

Em primeiro lugar, Sr. Deputado, o regime que foi aprovado no Orçamento do Estado, dadas as vicissitudes conducentes à aprovação do Orçamento do Estado — que não estão no meu domínio nem no seu alterar —, que são a composição deste Parlamento, fruto da expressão da vontade livre e democrática do povo português, fez com que a nossa proposta, que era a de aplicação de um IRS reduzido em dois terços para todos os jovens até aos 35 anos,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... não fosse acolhida;...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... e não fosse acolhida também por si, que achava que era muito injusto...

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... fazer isso até aos 35, face àqueles que têm 36, 37, 38, que o mesmo é dizer, o melhor é não haver critério nenhum. É preciso decidir e fazer escolhas, e a nossa escolha era essa.

A escolha do Parlamento, repito, de acordo com a discussão que aqui ocorreu e que permitiu a aprovação do Orçamento do Estado, foi a de dar a oportunidade de ter um regime fiscal mais favorável aos jovens até aos 35 anos nos seus 10 primeiros anos de vida ativa.

Foi este o princípio que foi aprovado no Parlamento e, Sr. Deputado, é nele que temos de trabalhar, temos de aprofundar e, ao mesmo tempo, complementar com outras medidas. É que, se é certo que o exemplo que deu não integra o princípio que foi aprovado no Parlamento para o IRS Jovem, também é certo que a Alice tem hoje a possibilidade de comprar uma casa...

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — E que casa?!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... com isenção de IMT, tem hoje a oportunidade de comprar uma casa com isenção de imposto do selo, tem hoje a oportunidade de andar de borla nos comboios suburbanos, porque isso só se aplicava aos estudantes do ensino superior e agora foi alargado a todos aqueles que têm até 23 anos.

Aplausos do PSD.

Protestos da Deputada da IL Joana Cordeiro.

E, portanto, Sr. Deputado, a nossa divergência tem que ver com as condições do exercício do mandato que nos foi dado e que tem de respeitar a vontade plural do povo português.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — O que lhe posso dizer, Sr. Deputado, é que sempre que tomamos uma medida e fazemos uma escolha, há sempre alguma dificuldade num determinado período de transição, e é o caso.

É verdade que, do ponto de vista, vamos chamar-lhe assim, global, há uma injustiça — é uma injustiça relativa, mas não é uma injustiça intencional —, porque, lá está, a intenção desta medida foi privilegiar os 10 primeiros anos de vida profissional daqueles que nela ingressam, ou que estão a meio desse período.

Sr. Deputado, quando escolhemos, por exemplo, isentar o IMT e o imposto do selo, também estamos a ser injustos com aqueles que há um ano compraram casa nas mesmas condições. Há sempre um período de transição. Aqueles que podem comprar hoje usufruem de um bom Governo; aqueles que compraram há um ano não puderam usufruir dessa possibilidade.

Aplausos do PSD.

Sr. Deputado, aqueles que, como a Alice, tinham um IRS Jovem que era exclusivo para estudantes do ensino superior, tinham quatro anos de implementação, é uma diferença completa. A Alice tinha 0 % de taxa de imposto no 1.º ano, agora continua a ter; tinha 75 % de desconto no 2.º ano de vida ativa, agora tem no 2.º, no 3.º e no 4.º; tinha 50 % no 3.º, agora tem no 5.º, no 6.º e no 7.º; tinha 25 % no 4.º e agora tem no 8.º, no 9.º e no 10.º.

Mesmo para todos aqueles que não preenchem a totalidade dos requisitos, a situação é manifestamente melhor do que aquela que era, dentro das possibilidades que temos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Vais ter o voto da Alice!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, registo que não tem resposta para a situação da Alice.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — A Alice é da AD!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Estava nas suas mãos fazer o possível para ter uma resposta.

Queria falar-lhe também de saúde. A Sr.^a Ministra da Saúde, aqui há umas semanas, falando sobre o plano de inverno, disse que não havia nada a correr mal, não havia nenhum problema e estava tudo a correr de acordo com aquilo que estava previsto. Agora, mais recentemente — penso mesmo que a 3 de fevereiro —, falando sobre as esperas nos hospitais, veio dizer que eram inaceitáveis.

Sr. Primeiro-Ministro, não há segunda oportunidade para apresentar um bom primeiro plano. Os senhores falharam no primeiro plano, falharam completamente o plano de verão — foi assumido assim. Na minha interpretação, falhou também o plano de inverno. É por isso que agora é inaceitável que haja estes tempos de espera.

Queria perguntar-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, qual é o plano.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem 1 minuto e 31 segundos para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Rocha, não está exclusivamente na minha mão decidir o IRS Jovem — acho que já lhe respondi a isso. Também não está nas minhas mãos, nem nos meus propósitos, dar tudo a todos, porque isso não é possível. Portanto, temos de fazer escolhas e nós assumimos as nossas.

Relativamente à saúde, posso dizer-lhe que a situação não é a que queremos, está muito longe de o ser, mas houve efetivamente melhorias. No tocante aos tempos de espera a que aludiu, o que lhe posso dizer é que esses tempos de espera diminuíram 20 %. Mas a diminuição de 20 % continua a arrastar atrás de si um conjunto de situações absolutamente preocupantes, indesejáveis, diria mesmo inaceitáveis, do ponto de vista da capacidade de resposta.

Nós estamos a reformar o sistema, estamos a dar-lhe melhores condições, desde logo do ponto de vista dos recursos humanos — por isso fizemos um acordo com os enfermeiros, fizemos um acordo com os médicos. Estamos a tentar dar incremento de melhor gestão nas unidades de saúde, para poder haver mais respostas. Estamos a tirar pessoas de atendimentos de urgência, quando elas têm situações que não são adequadas para lá poderem ir. Isso está efetivamente a ter resultados, que são lentos e que queremos ainda superar no futuro.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Rui Rocha, tem a palavra, para continuar a pedir esclarecimentos ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Agora uma difícil!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... a Sr.^a Ministra da Justiça anunciou algures em junho de 2024 um pacote anticorrupção. Não tem havido grandes novidades relativamente a essa matéria. Queria perguntar-lhe — aliás, repetir-lhe uma pergunta que já fiz oportunamente — se esse pacote anticorrupção se aplica também na Madeira.

Na Madeira, estamos em vésperas de eleições e quem se apresenta pelo PSD, aparentemente, é alguém que, se lhe fosse aplicado o questionário que os senhores tiveram de preencher para estar no Governo, provavelmente não estaria em condições de exercer funções no Governo Regional da Madeira.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Governo caiu e o processo foi arquivado!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Essa é uma questão relativamente à Madeira.

A segunda questão é a de saber se esse pacote anticorrupção se aplica também às estruturas locais do PSD Lisboa.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Rocha, na próxima semana teremos, da parte do Governo, a aprovação de alguns instrumentos no domínio, precisamente, da nossa Agenda Anticorrupção, e contamos, no diálogo com o Parlamento, poder aprovar outros, de acordo com o processo legislativo e o grupo que foi criado na Assembleia da República. E é para aplicar a todos!

Já agora, é importante dizer ao Sr. Deputado — porque a Iniciativa Liberal também tem essa responsabilidade — que o processo no qual basearam a moção de censura que deitou o Governo da Madeira abaixo foi arquivado. Ou seja, a razão...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Na Madeira, é tudo arquivado!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Rui Rocha, tem a palavra.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, para futura resposta, quando lhe for oportuno, uma vez que já não tem tempo para me responder, queria falar-lhe do programa Arrendar para Subarrendar.

Saíram notícias recentes de que o Estado arrendou 290 casas para subarrendar e apenas 62 foram subarrendadas. Isto implica um gasto de 2,2 milhões de euros para o Estado ter casas vazias.

A Iniciativa Liberal apresentou uma proposta no sentido de acabar com esse programa. Se o Estado não consegue gerir esse programa, está a gastar dinheiro dos contribuintes para nada, e eu gostava também de saber a perspetiva do Sr. Primeiro-Ministro sobre esta matéria.

Creio que não há dinheiro dos portugueses que deva ser investido neste tipo de programas absolutamente irrelevantes, que não conseguem resolver problema nenhum, que só fazem é gastar dinheiro aos portugueses.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, tem a palavra para fazer as perguntas que entender.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, vimos Donald Trump, Presidente dos Estados Unidos da América, ao lado de Benjamin Netanyahu, Primeiro-Ministro israelita, que tem um mandado de captura pelo Tribunal Penal Internacional, prometerem uma limpeza étnica em Gaza.

Ouvimos bem as palavras do Presidente dos Estados Unidos da América. O que diz é que, depois de uma chacina ao povo de Gaza, tem um plano para esvaziar aquela região, para expulsar à força 2 milhões de pessoas do seu território para construir um *resort* imobiliário.

Sr. Primeiro-Ministro, a anexação de Gaza e a limpeza étnica são crimes internacionais.

Quando confrontado com as palavras do Presidente norte-americano, o Sr. Ministro da Defesa, aqui presente, disse duas coisas: disse que tinha sido uma singularidade da política dos Estados Unidos da América e que não ia comentar a política interna dos Estados Unidos da América.

Pergunto-lhe se subscreve estas declarações, se acha que as declarações do Presidente dos Estados Unidos da América, juntamente com o Primeiro-Ministro israelita, sobre uma limpeza étnica e uma anexação de um território, contra o direito internacional, são uma singularidade da política interna norte-americana e se acha, por exemplo, que a invasão ucraniana foi uma singularidade da política russa e do Sr. Putin.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — É tudo a mesma coisa!...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — É capaz de dizer uma palavra sobre o projeto de limpeza étnica em Gaza?

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, todos os países têm singularidades na sua política interna.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Isso é uma evidência. Nós também temos as nossas.

Agora, quanto à questão de fundo que coloca, quero dizer-lhe, Sr.^a Deputada, que a posição do Governo português sobre esta matéria foi sempre muito clara: preconizamos uma solução de dois Estados. Preconizamos, portanto, uma solução que possa fazer conviver em paz, em respeito pelo direito internacional, em respeito pelo direito humanitário, dois Estados: o Estado de Israel e o Estado da Palestina. Estaremos sempre desse lado.

Quero também dizer-lhe que, nesta circunstância, o mais importante que há a atender é à situação de cessar-fogo, que foi alcançada, está em execução — com muitos problemas, naturalmente, faz parte também destes processos — e nós não podemos deixar de nos manter empenhados em ajudar ao seu cumprimento, para que este seja também um período que possa, precisamente, abrir a possibilidade da consagração dos dois Estados.

Quanto a ser complacente com qualquer intenção de limpeza étnica, obviamente, o Governo português jamais o fará. Jamais! Não há dúvidas quanto a isso. O que nós não tiramos é conclusões precipitadas de algumas intervenções, mesmo que de pessoas com grande responsabilidade.

Protestos da Deputada do BE Isabel Pires.

A Sr.^a Deputada, na sua questão, fartou-se de adjetivar, de ir ao fim da linha da argumentação.

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

Sr.^a Deputada, compreenda que um Estado não deve utilizar nem essa linguagem, nem essa precipitação na análise da situação internacional e das intervenções de alguns chefes de Governo e de Estado.

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, tem a palavra.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, a minha linguagem é a mesma das Nações Unidas e do Tribunal Penal Internacional. Portanto, eu diria que o direito internacional está do meu lado e não do lado da cumplicidade do Governo português.

O Sr. Primeiro-Ministro acabou de dizer que defende dois Estados e o direito internacional. O Presidente dos Estados Unidos da América acabou de dizer que quer limpar um desses Estados, em desrespeito e violação do direito internacional.

Por isso, pergunto-lhe: condena as declarações do Presidente dos Estados Unidos da América?

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, condeno qualquer intervenção, propósito e intenção de haver uma limpeza étnica.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, tem a palavra.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — É um passo, Sr. Primeiro-Ministro. A seguir, vai ter de reconhecer que o que está em causa é uma limpeza étnica.

Vozes do PSD: — Ah!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Isso já é um passo...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Primeiro-Ministro, queria falar-lhe sobre o SNS, porque, antes das eleições, prometeu salvar o SNS a breve trecho.

Prometeu que ia apresentar um plano e apresentou-o. Aliás, apresentou vários planos ao longo destes 10 meses — o que não faltou foram planos para o SNS. E acabou a escolher uma prioridade, uma única prioridade, para poder ter resultados para apresentar passados estes 10 meses, que foi a redução dos tempos de espera para a cirurgia, nomeadamente a oncológica.

E o que é que fez o Governo para conseguir defender a sua imagem perante a prioridade que tinha escolhido? Deu duas instruções aos hospitais. Sobre a primeira instrução, dou um exemplo: um doente que é visto hoje, dia 5 de fevereiro, tem uma sala disponível para uma cirurgia a 15 de março, mas a instrução que é dada é para ser inscrito no sistema só no dia 1 de março. Ou seja, tempo de espera oficial: 15 dias; tempo de espera real: 45 dias. E assim se reduz o tempo de espera para a cirurgia.

A Sr.^a **Isabel Pires** (BE): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Segunda instrução: todos os hospitais, que agora estão a pressionar os profissionais para o fazerem, em vez de agendarem as salas de cirurgia ao ritmo a que as salas ficam disponíveis e à entrada de doentes urgentes, que têm de ser imediatamente agendados, tiveram instruções para que se agendassem todos os doentes em todas as salas, todos os dias, com meses de avanço, mesmo sabendo que muitos desses doentes vão ser desmarcados, porque vão entrar doentes urgentes para o seu lugar.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Mas não há lista de espera!...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Primeiro-Ministro, prometeu um plano para salvar o SNS...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

A Sr.^a **Sofia Canha** (PS): — Isso!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... e pôs em prática um plano para salvar a Ministra da Saúde, que não consegue salvar o SNS nem apresentar nenhuma medida para o efeito.

Aplausos do BE.

Sr. Primeiro-Ministro, manipulação de parâmetros é o que explica os dados que o Sr. Primeiro-Ministro aqui veio apresentar, e explica também outra coisa: a pressa que o Governo tem tido para substituir as direções hospitalares por pessoas da confiança partidária do PSD.

Faço-lhe uma pergunta muito simples: acompanha a proposta que o Bloco já apresentou, e vai voltar a apresentar, para que as administrações hospitalares sejam escolhidas por concurso?

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, anotei que a Sr.^a Deputada afirmou, e bem, que o Governo não apresentou só um plano, já apresentou muitos planos, o que contrasta com aqueles que dizem que nós não estamos a fazer nada.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Pois, isso é fácil!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Falso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Estamos a apresentar planos e também estamos a executá-los. Não tenho a certeza, muito pelo contrário, que seja de acordo com aquilo que a Sr.^a Deputada aqui descreveu.

Mas também não deixa de ser curioso que a Sr.^a Deputada mencione o plano e a instrução.

A Sr.^a **Isabel Pires** (BE): — Claro!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Pois claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, está tudo a funcionar...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Está, pois está!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... de acordo com aquilo que é previsível, que é, primeiro, temos de ter as ideias e, depois, temos de as implementar.

Eu não conheço essas orientações, Sr.^a Deputada. Francamente, não conheço.

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

A Sr.^a **Isabel Pires** (BE): — Mas devia conhecer!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Acho muito difícil que elas tenham sido colocadas nos termos que aqui apresentou.

As instruções que demos foi para agendar o mais rapidamente possível e executar o agendamento. Essa é a instrução que os serviços têm. Por isso é que os tempos de espera para cirurgia, como, aliás, para consultas, estão a diminuir. No caso da cirurgia oncológica, o número de pessoas que já foram intervencionadas é muito maior do que o do mesmo período no ano anterior. E assim vai continuar a ser. Já tive a oportunidade de dar os números em concreto ao Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, por isso, não os vou repetir.

Deixe-me dizer-lhe, em todo o caso, Sr.^a Deputada, que não temos uma capacidade ilimitada. Temos uma capacidade consoante os blocos cirúrgicos e os recursos humanos que temos. Por isso é que, em muitas ocasiões, até vamos mais longe do que a nossa capacidade e contratualizamos com o setor social e privado a colaboração para diminuir os tempos de espera. Mas isso é uma coisa contra a qual a Sr.^a Deputada se manifesta. Por isso, acho que é muito simples para si dizer que há atrasos.

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Há atrasos, sim, mas qual é a sua solução? Não temos os blocos operatórios, não temos os profissionais, não temos uma capacidade ilimitada. Estamos a agilizar e a tornar o mais eficiente possível aquilo que depende diretamente de nós e estamos a ir à sociedade buscar a capacidade que está disponível.

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

A Sr.^a Deputada fazia o quê? A Sr.^a Deputada esgotava a capacidade do Serviço Nacional de Saúde e deixava os outros todos que têm uma resposta à espera.

Por isso, deixe-me dizer-lhe: a nossa visão é diferente; os nossos planos são diferentes; a execução dos nossos planos é muito diferente e o resultado também é muito diferente.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não resolve! Não resolve!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E, felizmente, o resultado hoje, apesar de ainda não ser aquele que nós queremos, é muito melhor do que aqueloutro no qual a Sr.^a Deputada colaborou em termos de apoio à governação.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, tem a palavra.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, fiquei sem perceber se defende, ou não, concursos públicos para as administrações hospitalares.

Aplausos do BE.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eu não defendo!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, eu defendo o cumprimento da lei, não vejo necessidade de a alterar agora. Mas, se chegarmos à conclusão de que é preciso ter melhores instrumentos, fá-lo-emos.

Acho que o concurso público não é a solução.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso, claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Precisamos de administrações hospitalares que estejam vinculadas ao desígnio próprio da instituição e às orientações políticas do Governo.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Qualquer dia, fazem concursos para o Governo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sim, chama-se eleições!

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, tem a palavra para uma última pergunta.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, é verdade, temos opções diferentes para o SNS.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — CReSAP (Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública)!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A nossa opção sempre foi aumentar a capacidade do SNS e ir buscar os médicos para poderem operar nas salas de cirurgia que estão vazias, numa capacidade instalada que está vazia. A opção do Governo é pagar ao setor privado para vir tirar os médicos ao SNS, para deixar as salas de cirurgia vazias, sem capacidade de resposta.

São opções completamente diferentes e nós sabemos porquê. O Sr. Primeiro-Ministro chamou, para gerir e fazer os planos de emergência, uma pessoa, nomeadamente o Dr. Eurico Castro Alves, que tem, diretamente, interesses na saúde privada.

Diga-me, Sr. Primeiro-Ministro: isto não nos diz nada sobre a intenção política...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada já não tem tempo, pelo que passamos à resposta do Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, vejo que a reunião da comissão de ontem não lhe correu suficientemente bem, para voltar a ter essa dúvida.

Deixe-me dizer-lhe uma coisa. A nossa posição é muito simples: «esgotar a capacidade do Sistema Nacional de Saúde» significa tanto o físico como recursos humanos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Começa agora o tempo do PCP e tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, por falar em planos, o seu Governo abriu uma nova fase desse plano de ataque aos direitos dos trabalhadores, nomeadamente no que diz respeito à segurança social e novas alterações às leis laborais.

O senhor e o seu Governo querem mais horas, querem mais tempo de trabalho, querem ainda mais precariedade...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Precariedade é com o Bloco!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — ... e querem que os jovens trabalhem até aos últimos dias da sua vida.

A vida dos que trabalham por turnos e dos que trabalham à noite é marcada por desgaste físico e intelectual, com os horários desregulados e sujeita a ritmos de trabalho intensíssimos que, como sabe, não diminuíram, acabam por aumentar — veja-se, por exemplo, o setor automóvel.

O que esta realidade impõe não é aumento das horas de trabalho, não é aumento dos anos de trabalho.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É como no Bloco, os despedimentos do Bloco!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É, sim, a redução do tempo de trabalho e a garantia de que 40 anos de trabalho, 40 anos de desconto, são suficientes para aceder à reforma sem nenhuma penalização.

A ciência e a técnica avançam e o Sr. Primeiro-Ministro e o seu Governo querem que nós andemos para trás.

Já agora, Sr. Primeiro-Ministro, pergunto-lhe: quais são os setores, quais são as profissões em que o Sr. Primeiro-Ministro e o seu Governo estão a pensar reduzir essa justa ambição dos trabalhadores de acesso à reforma? É dos trabalhadores das pedreiras? É dos mineiros? É dos pescadores? Fica a pergunta.

Aplausos do PCP.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, ainda bem que me dá o ensejo de falar desse tema. Até estava a contar que o Partido Socialista o colocasse, mas alguma coisa se deve ter passado para não ser suficientemente relevante para esse efeito.

Talvez eu compreenda qual foi essa razão. É que não há nenhuma intenção do Governo, Sr. Deputado, não há!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Tem de pedir antecipadamente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Há pessoas e responsáveis políticos que gostam de assustar o País, que gostam de criar factos que provêm do nada ou do quase nada.

No caso concreto do sistema de pensões, é propósito deste Governo estudá-lo nesta Legislatura, eventualmente propondo alterações para outra legislatura relativamente à sua sustentabilidade.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — A seguir às eleições!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas o Partido Socialista deixou-nos um livro na mão! O Partido Socialista legou-nos um livro verde...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E um livro branco!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... para a sustentabilidade da segurança social. O que é que esse livro verde preconiza? Exatamente aquilo que o Partido Socialista nos acusa a nós de querer!

Não fomos nós, foram os senhores do Partido Socialista que fizeram este estudo!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

Foi, Sr. Deputado! O Sr. Deputado Pedro Nuno Santos — peço desculpa ao Sr. Deputado Paulo Raimundo, mas tenho de fazer este aparte — está indignado;...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Indignado? Eu, indignado?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... mas olhe, indignado estou eu, Sr. Deputado,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não fique indignado, homem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... porque o Sr. Deputado disse uma coisa que não tem fundamento e não foi sério. O Governo atual em nenhum momento quis mexer nas reformas antecipadas. Em nenhum momento, Sr. Deputado!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — A seguir às eleições! Disse o Ministro das Finanças: «A seguir às eleições»!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ó Sr. Deputado! — peço mesmo desculpa, mas isto é também para responder à sua pergunta, Sr. Deputado Paulo Raimundo — «A seguir às eleições», sabe o que é que significa? Ó Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, faça um exercício sério! A seguir às eleições, porque é depois da pronúncia do povo!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Se tivermos alguma ideia para alterar, vamos sujeitá-la ao crivo do povo, Sr. Deputado, nós não fazemos nas costas do povo!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Deputado está chateado porque o Governo não vai fazer nada nesta Legislatura,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Nesta!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e aquilo que, porventura, possa fazer na próxima vai ser alvo de uma pronúncia das pessoas, dos eleitores. O Sr. Deputado está chateado com isso?

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Nesta!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Responda à pergunta que lhe fizemos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado Paulo Raimundo, neste momento, o que este Governo tem é disponibilidade para, aproveitando o estudo que nos foi legado pelo Governo anterior, fazer uma análise profunda.

Criámos um grupo de trabalho para poder aprofundar essas conclusões, e depois, sempre com a legitimação do povo português, se for essa a nossa intenção — que ainda não está formada —, será sujeita à apreciação das portuguesas e dos portugueses.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Mas não vai ser!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Maior transparência, maior seriedade, maior honestidade no tratamento de uma matéria que é importante, não há.

Agora, nós estamos a colaborar para dar sustentabilidade ao sistema de segurança social. Acabámos agora de decidir transferir 4 mil milhões de euros para o Fundo de Estabilização Financeira, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Estamos a tratar de dar solidez ao sistema.

Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.

Se não for necessário tomar nenhuma medida para lhe dar solidez, tanto melhor, mas se for necessário, teremos a coragem de o dizer frontalmente ao País...

Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.

... e de perguntar ao País qual é a resposta que nos dá.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não têm coragem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Porque o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos e o Sr. Deputado Paulo Raimundo não são donos da verdade; os Srs. Deputados não sabem o que é que os portugueses pensam sobre aquilo que hipoteticamente tenham de decidir. E nós também não sabemos.

Portanto, se houver alguma coisa para decidir, não faremos como outros: não faremos nada nas costas das portuguesas e dos portugueses!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Na hora da verdade, não fazem nada!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Continuando com as perguntas do Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, pedia-lhe, com todo o respeito, que gerisse as respostas de outra maneira, porque assim é muito difícil. Já no debate passado foi a mesma coisa e é muito difícil.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Tem razão.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Primeiro-Ministro, ambos sabemos, todos nesta Casa sabem, que não há nenhum problema de sustentabilidade na segurança social.

Vozes do PSD, da IL e do CDS-PP: — Há, há!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Negacionismo!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Não há nenhum problema de sustentabilidade na segurança social. Aliás, não só não há um problema de sustentabilidade,...

Protestos de Deputados do PSD.

... como são exatamente os fundos saudáveis da segurança social que atijam a gula dos grupos económicos para pôr as mãos nos fundos da segurança social.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, os jovens, os trabalhadores, aqueles que põem o País a funcionar, não vão aceitar a privatização, nem vão aceitar o assalto à segurança social, nem vão aceitar trabalhar mais anos do que aqueles que já trabalham.

E fica o conselho, Sr. Primeiro-Ministro: não confunda desejo com realidade, como há pouco chamou a atenção, e bem. E não se esqueça: o último Governo que quis mexer na taxa social única e meter a mão no dinheiro dos trabalhadores, no dinheiro da segurança social, começou aí a cavar a sua derrota política e social.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não mexem, não mexem!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Primeiro-Ministro, nos últimos três anos os alimentos subiram 27 %. O custo de vida aumenta nos bens essenciais, assim como sobem os lucros das grandes empresas, sustentados não nos impostos, mas em injustificadas margens de lucro.

Espero que responda a uma pergunta simples, que ainda tem tempo, e que tem muito interesse para cerca de cinco milhões de pessoas no nosso País: por que razão a botija do gás custa o dobro em Portugal do que custa em Espanha?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, devo humildemente pedir desculpa ao Sr. Deputado Paulo Narciso,...

Vozes do CH: — Paulo Raimundo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... porque é verdade que em muitas ocasiões tenho de dar respostas, tal é o ímpeto que vem de outras bancadas, respostas que ficaram por dar.

Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

Sr. Deputado, relativamente ao nosso sistema de pensões, o Sr. Deputado não se esqueça: aumentámos já, em duas ocasiões, o complemento solidário para idosos, acabámos com uma restrição da sua aplicação.

Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

Aumentámos, como prometemos, as pensões, que ainda foram incrementadas com uma decisão do Parlamento, e atribuímos, em outubro último, um suplemento extraordinário.

A nossa responsabilidade com os pensionistas é valorizar as pensões. Mas valorizar as pensões hoje e garantir também as pensões amanhã.

Se havemos de ter essa discussão, não antecipem demónios, porque não há nenhum demónio nesta discussão; o que há é a proteção do futuro e é isso que um dia teremos de discutir.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não antecipem!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Mas não respondeu à pergunta!...

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado Paulo Raimundo, tem ainda 1 minuto e 9 segundos.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, vou procurar utilizar o tempo, mais uma vez, sem que o Sr. Primeiro-Ministro tenha tempo para responder.

Fica a pergunta: por que razão a botija do gás, no nosso País, custa o dobro do que custa em Espanha?

E já agora, Sr. Primeiro-Ministro, sobre as questões da segurança social, nem nós criamos demónios nem o Sr. Primeiro-Ministro cria grupos de trabalho, que já têm as conclusões tiradas — aqui para nós que ninguém nos ouve.

É possível a botija do gás ser fixada em 20 € em Portugal. Para isso, é necessário que baixe o IVA dos 23 % para os 6 %.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Logo aí, nessa operação, cada botija de gás custava menos 5 €. E não é difícil para o seu Governo tomar essa decisão, tendo em conta que está disponível para entregar 365 milhões

de euros em IRC para as grandes empresas. Portanto, não será difícil baixar o IVA dos 23 % para os 6 %, nomeadamente na botija do gás.

Mas é preciso também atacar as margens de lucro da Galp. Também não há nenhum problema, que a Galp aguenta bem, com os seus 1000 milhões de euros de lucros do ano passado.

Sr. Primeiro-Ministro, livre o País de ficar com as mãos manchadas de sangue, de ficar com as mãos sujas do pó do genocídio do povo da Palestina. De uma vez por todas, reconheça o Estado da Palestina...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar à fase das perguntas do Grupo Parlamentar do Livre, que tem até 4 minutos e 30 segundos. Para o efeito, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Concidadãos nas galerias, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, já sabíamos que a eleição de Donald Trump seria uma péssima notícia para a política internacional e para a estabilidade global e que seria uma péssima notícia para a Palestina e para o povo palestino.

Protestos dos Deputados do CH Pedro Pinto e Rita Matias.

Ontem, Donald Trump foi muito claro: disse que os Estados Unidos queriam tomar conta da Faixa de Gaza, que a Faixa de Gaza é uma zona de demolição e que os palestinianos têm de sair do território que, na verdade, é a sua casa. E explicou o seu plano para a Faixa de Gaza, que era construir uma Riviera do Médio Oriente.

Isto não é o Presidente dos Estados Unidos a brincar aos agentes imobiliários. Isto é uma violação clara do direito internacional, uma violação clara dos direitos humanos.

O Sr. Primeiro-Ministro já aqui foi questionado e disse que condena quaisquer declarações que sugiram limpeza étnica. Mas o que eu lhe quero perguntar, Sr. Primeiro-Ministro, é se condena as declarações que ontem Donald Trump deu e se Portugal se vai hoje, aqui e agora, juntar-se a tantos países como a Alemanha, Reino Unido, Arábia Saudita, Espanha, China, Brasil, Indonésia, Austrália, que já condenaram estas declarações de Donald Trump.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Portanto, a minha pergunta é muito simples: o Sr. Primeiro-Ministro e Portugal condenam as declarações que ontem Donald Trump fez sobre a Faixa de Gaza?

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, já respondi à questão, mas posso repetir: estaremos sempre do lado do direito internacional, do direito humanitário, da preservação de um caminho que possa desembocar na constituição de dois Estados, o Estado de Israel e o Estado da Palestina, a poderem viver e conviver em paz.

Todas as declarações que desrespeitem estes princípios, nomeadamente aquelas que possam antecipar qualquer tipo de limpeza étnica ou atitude semelhante, têm a nossa condenação. Não sei qual é a sua insistência. Quer que eu diga especificamente uma determinada coisa, Sr.^a Deputada?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sim!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Pois, mas eu já disse aquilo que queria dizer.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, lamento, mas ficou claro que não condena inequivocamente as declarações de Donald Trump.

O Livre vai apresentar um projeto de voto de condenação, para que a Assembleia da República possa fazer aquilo que o Governo não quer fazer. É que nós temos aqui uma responsabilidade coletiva, Sr. Primeiro-Ministro. Nós temos uma responsabilidade coletiva em proteger os direitos humanos, o direito internacional, até para a nossa própria proteção.

Imagine que, um dia, Donald Trump decide que quer anexar os Açores, que quer fazer uma *riviera* no meio do Atlântico. Então, quem é que nos vai proteger? Quem é que vai levantar a voz para proteger Portugal, quando Portugal não protege os outros territórios? Portanto, isto parece-me muito claro.

Sr. Primeiro-Ministro, Portugal tem a obrigação de ser muito vocal em relação a tudo o que está a acontecer por parte do Governo dos Estados Unidos, e esta é a altura. O Governo, na verdade, não tem querido discutir o reconhecimento do Estado da Palestina. Somos dos poucos países que não reconhecem o Estado da Palestina, o que é uma enorme incoerência quando defendemos — e o Sr. Primeiro-Ministro acabou de dizer que defendemos — a solução dos dois Estados.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Qualquer dia é tarde demais!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — E o Governo diz-nos que ainda não é o tempo, que ainda é cedo para reconhecer o Estado da Palestina. Pergunto-lhe: é cedo?! É que daqui a pouco vai ser tarde demais,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Pois!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Ora bem!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... não haverá Estado para reconhecer.

Portanto, face às declarações de ontem de Donald Trump, e dado que as circunstâncias mudaram, pergunto-lhe se não é tempo, sim, de Portugal reconhecer o Estado da Palestina.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, insiste na pergunta...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não têm mais nada para perguntar!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Deixe-me dizer-lhe... Eu não quero ser mal interpretado, mas há coisas que o melhor é nem sequer falar delas.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

A alusão que fez a qualquer violação da integralidade e soberania do território português só pode, enfim, ser uma má ideia... Até falar disso, sinceramente.

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Não é nada impossível!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Os dinamarqueses estavam caladinhos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Aquilo que lhe digo, Sr.^a Deputada, é que, no que diz respeito às nossas responsabilidades no contexto internacional e à preservação das nossas relações — nesse contexto das organizações internacionais, da nossa responsabilidade internacional e também no das relações bilaterais —, a escolha do Governo será sempre a de sensibilização, de diálogo, de concertação com os nossos aliados, e os Estados Unidos são inequivocamente nossos aliados.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Deputada, não vai contar com o Governo de Portugal para inquinar a nossa política externa com alguma dúvida que possa ser suscitada por qualquer declaração que extravase o nosso objetivo e a nossa responsabilidade de, no contexto internacional, estarmos na linha da frente do direito internacional, do direito humanitário, e também de estarmos a salvaguardar o interesse de Portugal.

Portugal é hoje um país muito apreciado nas instâncias internacionais, muitas vezes pela sua capacidade diplomática de aproximar posições, de fazer pontes entre aqueles que estão em litígio ou em conflito. E eu orgulho-me de pertencer a um Governo, e de o chefiar, que mantém uma história de política externa e de diplomacia, que vem de todos os Governos que me antecederam, que é importante e tem permitido que Portugal possa ter responsabilidades acrescidas, seja na União Europeia, seja na Organização das Nações Unidas.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É preciso cuidado!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É assim que continuaremos, Sr.^a Deputada.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Continua no uso da palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Primeiro-Ministro, de facto, é preciso ter cuidado com o que se diz, e com o que se diz publicamente, e é exatamente por isso que Portugal deve condenar o que o Presidente dos Estados Unidos disse publicamente. Isso parece-me muito claro.

Fala de políticas de alianças e eu quero lembrar que já vários Estados aliados de Portugal condenaram as declarações de Donald Trump. Portanto, parece-me que é uma irresponsabilidade que Portugal não o faça, em nome, exatamente, do direito internacional, da defesa dos direitos humanos e até da diplomacia.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Mas queria também falar de outros assuntos, Sr. Primeiro-Ministro.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — De Portugal! Foi eleita em Portugal!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Queria falar sobre o problema estrutural de violência doméstica que temos em Portugal.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ah!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Neste ano, já morreram cinco mulheres às mãos da violência doméstica. Foram assassinadas cinco mulheres nestas primeiras cinco semanas do ano, e estes são números que nos envergonham enquanto País. Todos os anos falamos do problema da violência doméstica e, sendo um problema estrutural, temos de o resolver de forma estrutural.

A violência doméstica é o crime que mais mata. A grande insegurança, na verdade, está dentro de muitas casas do nosso País e isso não pode ser minimizado.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, não posso deixar de referir que as declarações que deu no dia 25 de novembro foram extremamente infelizes, quando se mostrou convicto de que o aumento de casos se deve a haver um maior número de denúncias. Na verdade, do que precisamos é de mudar a narrativa em relação à violência doméstica, e é, sobretudo, preciso agir.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, queria perguntar-lhe: onde é que estão as ações concretas, como a revisão da ficha de avaliação do risco prometida pela Sr.^a Ministra da Juventude e Modernização? Onde é que estão as ações concretas para resolver os erros frequentes e transversais que os relatórios da Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídios em Violência Doméstica identifica? Porque o País não aceita mais notícias de mulheres que morrem às mãos da violência doméstica, mulheres que já apresentaram queixa, que já foram vítimas de violência doméstica e já foram identificadas como vítimas.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Já basta!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — É preciso apoiar as vítimas, garantir que não são vítimas já depois de terem apresentado queixa. É preciso apoiar verdadeiramente as vítimas e erradicar a violência doméstica, Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, dá-me o ensejo, até, de responder também ao Sr. Deputado Pedro Nuno Santos — é para responder a si, mas ele também colocou a questão.

Deixe-me dizer-lhe que estou sempre, naturalmente, sujeito ao crivo e ao escrutínio daquilo que digo, mas no caso das declarações que refere, elas são tudo — mas tudo! — menos falta de empatia. Aliás, devo dizer que esse argumento recorrente não tem o mínimo de cobertura. Posso ter muitos defeitos, mas se há característica que tenho é que sou, de facto, uma pessoa empática e sei colocar-me na situação daqueles que sofrem.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Modéstia à parte!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É verdade, modéstia à parte, não tem problema nenhum, Sr.^a Deputada! Não temos de ter problemas em apreciar-nos a nós próprios, se é a isso que se está a referir.

Deixe-me dizer-lhe, Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, que quando eu disse que alguns dos casos que são hoje conhecidos — e, portanto, o aumento quantitativo dos casos registados — correspondem a muitos outros que durante anos aconteciam, mas não eram conhecidos, foi em respeito a todas aquelas vítimas, mulheres e, muitas vezes, crianças,...

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

... que durante anos, durante décadas, fruto das circunstâncias, viviam um drama, um crime que eu reputo como um crime de terror, sem que ele fosse sequer conhecido, sem que ele fosse atacado,...

A Sr.^a **Paula Margarido** (PSD): — Verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... sem que houvesse políticas públicas para o tentar evitar e para acompanhar as vítimas. E nós estamos a fazê-lo!

Protestos da Deputada do PS Alexandra Leitão.

A ficha de avaliação — já disse num outro debate, não foi agora! — está já em execução, está em testes com as forças e serviços de segurança.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Os números estão piores!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Há mais centros de atendimento, de acolhimento, há políticas de valorização das vítimas no sentido de lhes proporcionar condições de superação desse drama absolutamente hediondo...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar à fase das perguntas do Grupo Parlamentar do CDS-PP, que dispõe de 3 minutos e 30 segundos para o efeito, e tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, para começar, não resisto a comentar a forma como o PS se preparou para estar na oposição.

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

Risos do Deputado do PSD Hugo Soares.

No Governo, nada fez; na oposição, pede contas pelas decisões que não tomou. É a vida, é o PS! Já estamos habituados.

A lei da imigração é um bom exemplo disso. A lei da imigração foi um dos sacrifícios que António Costa fez ao altar da geringonça. O PS cedeu à extrema-esquerda em toda a linha e ignorou o consenso nacional que existia em Portugal relativamente à lei dos estrangeiros.

Este é um triste retrato da incapacidade e da irresponsabilidade do PS quando decidiu brincar ao mundo sem fronteiras e ignorar o descalabro que existiu e a que assistimos depois disso.

Sr. Primeiro-Ministro, depois de oito anos de negação, e ao contrário de tudo aquilo que disse durante a sua vida política, o secretário-geral do Partido Socialista afirmou recentemente que, afinal, o PS defende o fim da manifestação de interesse e — pasmem-se! — defende uma imigração regulada.

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

O CDS já saudou a nova posição do Partido Socialista, e acredito que o Sr. Primeiro-Ministro também se queira associar a este comité de boas-vindas à realidade do PS. Mas, não satisfeito em ter regressado a uma posição de bom senso, o PS quis ir mais longe e quis apresentar propostas. E que propostas apresentou? Bom, algumas pareciam ideias boas, outras pareciam ideias originais.

Qual é o problema? É que as ideias boas não são originais e as ideias originais não são boas.

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

Sr. Primeiro-Ministro, não obstante este salto mortal encarpado à direita do PS, não esquecemos o que foram as políticas de imigração do PS durante o Governo de oito anos. Depois da extinção do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), e até às políticas catastróficas de portas escancaradas, os portugueses têm obrigação de saber o estado caótico em que o PS deixou as nossas fronteiras.

Por isso pergunto: em que Estado encontrou a política de imigração quando o Governo tomou posse, em abril de 2024? E, já agora, 10 meses depois, o que mudou com a nova política de imigração do Governo da Aliança Democrática?

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Nuncio, também já tive ocasião de saudar a posição hoje expressa pela direção do Partido Socialista, em particular pelo seu secretário-geral, e creio que ela é muito importante...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah! Tão bonito!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... para podermos também dar uma previsibilidade e durabilidade às políticas na área da imigração: para poder acolher melhor, para poder dignificar mais os processos de integração e para poder valorizar mais a capacidade de trabalho das pessoas que nos procuram.

Nós herdámos, como sabe, 400 000 processos que estavam pendentes. Temos um plano de ação que já conta com 80 % das suas medidas em execução; reduzimos também em 80 % os novos processos de concessão de residência com o fim da manifestação de interesse,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... ou seja, teve um efeito positivo no sentido de evitar o tal efeito de chamada — são números, é objetivo —; melhorámos, em sete vezes, a capacidade de atendimento da AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I.P.); criámos 25 centros de atendimento espalhados pelo País, com uma estrutura de missão que integra a AIMA, mas integra também 12 associações da sociedade civil e 20 municípios; temos hoje um total de 450 colaboradores, mais 150 advogados, número que vai ser duplicado brevemente, a ajudar e a colaborar nesta estrutura de missão; já foram notificadas 417 000 pessoas, e 215 000 já foram atendidas; o processo já chegou ao fim para 8000 e prevemos agora um aumento exponencial, nos próximos tempos, neste domínio.

Mas, já agora, aproveito a sua questão, Sr. Deputado Paulo Nuncio, para deixar também aqui um desafio ao Parlamento e, em particular, ao Partido Socialista.

Visto, e atento, que agora temos muito mais coisas em concordância nesta política, era importante que houvesse condições no Parlamento para cumprir dois objetivos que foram negados quando o Partido Socialista não tinha esta posição. Um deles é a criação da unidade de estrangeiros e fronteiras na PSP,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... que faz falta para executar a política que o Partido Socialista hoje defende.

Está o Partido Socialista disponível, ou não, para poder vir a aprovar na orgânica da PSP esta constituição?

O segundo objetivo, que também foi rejeitado, é um regime de retorno mais ágil daqueles que estão em condição ilegal. Está o Partido Socialista, com a sua nova posição, em condições de ultrapassar as objeções que tinha na altura?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — São duas questões que merecem resposta e uma apreciação responsável por parte do Partido Socialista.

Aplausos do PSD.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Nuncio, continua no uso da palavra.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o Secretário-Geral da NATO (North Atlantic Treaty Organization), Mark Rutte, esteve em Lisboa na passada semana, e esteve com o Sr. Primeiro-Ministro, penso, no conselho informal da União Europeia.

Para o CDS, esta visita sublinhou a nossa relevância estratégica para a Aliança Atlântica e permitiu a Portugal reafirmar o seu compromisso de antecipar para 2029 a meta de 2 % do PIB no investimento na defesa.

Só no ano passado, o investimento em defesa aumentou 34 %, o que significa que este Governo voltou a dar prioridade política à defesa, e o CDS tem muito orgulho em ter um papel decisivo nessa área.

A pergunta que lhe deixo, Sr. Primeiro-Ministro, é: que compromissos foram assumidos por Portugal na recente visita do secretário-geral da NATO?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Núncio, respondendo de uma forma rápida: nós estamos mal na fotografia. E estamos mal na fotografia porque, entre 2021 e 2023, passámos de uma despesa na defesa de 1,52 % para 1,34 % do nosso PIB. Isto não dá credibilidade aos compromissos que assumimos, e, por isso, apresentámos um novo objetivo, de atingir os 2 % em 2029.

Já começámos a inverter esta tendência, uma vez que a despesa em defesa, em 2024, andou a rondar os 1,5 % do nosso produto interno bruto. Dir-lhe-ei que vamos continuar a fazer esse esforço e tive a ocasião de defender, no Conselho Europeu, que o fizéssemos numa perspetiva de bloco.

A Europa tem de dar uma resposta que cumpra a sua responsabilidade como União Europeia, e, dentro da União Europeia, com especiais responsabilidades dos 23 Estados que também fazem parte da NATO. Defendo, por isso, que tenhamos instrumentos de financiamento coletivos, que possamos fazer uma gestão de investimentos por todo o território e que possamos, em conjunto, assumir a responsabilidade de nos...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro, tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Muito obrigada, Sr. Presidente, cumprimento também o Sr. Primeiro-Ministro, os restantes Membros do Governo e as Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Sr. Primeiro-Ministro, retomando o tema da violência doméstica — e o Sr. Primeiro-Ministro falou na questão da superação —, há uma pergunta muito concreta que não posso deixar de lhe voltar a fazer, porque da última vez fiquei sem resposta.

Fala em superação. Pois bem, precisamos de medidas concretas, a começar para as vítimas que são filhas de violência doméstica — estamos a falar dos órfãos —, que neste momento recebem pensões que não superam sequer os 179,40 €, e o PAN tem uma proposta para que os filhos da violência doméstica, os órfãos deste crime, possam efetivamente beneficiar do IAS (indexante dos apoios sociais) e de uma pensão de orfandade neste montante.

A pergunta é muito simples, e a resposta é de «sim» ou «não»: o Sr. Primeiro-Ministro está ou não disponível, com o seu Governo e a bancada que o suporta, para acompanhar esta proposta do PAN e corrigir esta injustiça, que é uma injustiça social num dos maiores flagelos criminais?

Aplausos do Deputado do PSD Hugo Soares e da Deputada do PS Elza Pais.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, as perguntas são simples de se fazer, mas as respostas não são assim tão simples. Porém, deixe-me dizer-lhe que nós estamos abertos a

melhorar todas as ofertas que hoje compõem a política de combate e repressão para tentar evitar a ocorrência do crime de violência doméstica.

Nós reativámos várias medidas que tinham sido suspensas. Nós estamos a rever o modelo de avaliação e gestão do grau de risco da vítima, e já falei aqui da ficha de avaliação; nós estamos a apostar na autonomização e empoderamento das vítimas, das mulheres e também das crianças; nós criámos um fundo de financiamento para as crianças acolhidas em casas de abrigo, um fundo que lhes dê maior possibilidade de acesso a bens fundamentais, a materiais escolares, tecnológicos, a atividades e experiências pedagógicas, e aqui está o fulcro da nossa ação — é preciso dinheiro, mas é preciso que estas medidas estejam implementadas para valorizar a dimensão e a dignidade das crianças, em especial aquelas que ficam órfãs —; nós criámos dois novos gabinetes de apoio à vítima, um no Porto e outro no Seixal; nós temos ações de formação específicas nas forças de segurança; e nós temos, como também já lhe respondi noutras ocasiões, algumas medidas para facilitar o acesso a cuidados de saúde às vítimas de violência doméstica fora das suas áreas de residência, nomeadamente nas unidades de saúde primária.

Não é tudo, mas é o essencial daquilo que nós hoje temos, e, naturalmente, estamos disponíveis para poder ainda incrementar outras propostas.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Continua no uso da palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Primeiro-Ministro, esperamos que isso se traduza num «sim» e, acima de tudo, numa aprovação.

Relativamente ao tema do IRS Jovem, o PAN sente-se perfeitamente confortável, porque não só acompanhámos a proposta do Governo como também propusemos alterações que visavam abranger todos os jovens. Mas há uma injustiça que continua por corrigir.

Sr. Primeiro-Ministro, nós não vivemos no país da *Alice no País das Maravilhas*. O Sr. Primeiro-Ministro falava há pouco, com outra força política, na Alice, mas vamos imaginar o seguinte: se a Alice quiser seguir a carreira médico-veterinária, ela vai pagar 23 % de IVA pelos seus serviços, e, no entanto, a prioridade do seu Governo foi dos 6 % de IVA para as touradas.

Vozes do CH: — E bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E muito bem!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — E eu gostaria de lhe perguntar o seguinte, Sr. Primeiro-Ministro: tendo em conta que as famílias e os jovens que precisam de prestar cuidados aos animais continuam a ver-se a braços com este montante do ponto de vista do IVA, o que é uma clara injustiça social, que medidas é que o seu Governo vai adotar? Em particular, quando é que vamos ter os novos avisos para ajudar as famílias, já que não temos um IVA reduzido? Porque, efetivamente, o Governo falhou nesta dimensão, inclusive com o que prometeu à Ordem dos Médicos Veterinários.

O meu tempo é muito curto, mas há uma questão que eu não gostava de deixar passar. Compreendo que não tenha respondido a certas forças políticas, porque não fazem um debate sério no que diz respeito à lei dos solos, mas, a par da responsabilidade política do seu secretário de Estado, há uma lei que está neste momento contaminada, que é a lei dos solos, e precisamos de saber o que é que o Sr. Primeiro-Ministro vai fazer para descontaminar os efeitos desta mesma lei, nomeadamente voltando atrás nas consequências do ponto de vista ambiental, a falta...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe de 23 segundos, mais 15 de tolerância.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, continuaremos a dar seguimento ao nosso Programa de Governo no que diz respeito à proteção animal e esperamos, naturalmente, abrir oportunamente os avisos que possam dar às portuguesas e aos portugueses o acesso a financiamento nesta matéria.

Sobre a lei dos solos, Sr.^a Deputada, o Governo decidiu, e o Governo acredita naquilo que decidiu. Há agora um processo no Parlamento, um processo de apreciação parlamentar. A bola está do lado dos grupos parlamentares e nós temos de nos conformar com aquela que for a pronúncia da Assembleia da República. A posição do Governo não mudou, a posição do Governo é aquela que está plasmada na proposta que aprovámos em Conselho de Ministros.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Com esta intervenção final do Sr. Primeiro-Ministro termina o nosso debate.

Queria só anunciar à Câmara que a ordem do dia para amanhã, com início pelas 15 horas, consiste na Interpeção ao Governo n.º 4/XVI/1.^a (BE) — Partidarização do SNS e degradação do acesso à saúde.

Cumprimento o Sr. Primeiro-Ministro e os restantes Membros do Governo, e até uma próxima oportunidade. Estão encerrados os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 27 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

DIVISÃO DE REDAÇÃO.